

Vanderléia Batista

**OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL  
INFANTO-JUVENIL E A TOMADA DE DECISÃO DOS (AS)  
PROFISSIONAIS: DESAFIOS PARA O SISTEMA DE  
GARANTIA DE DIREITOS**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmen Leontina  
Ojeda Ocampo Moré

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Batista, Vanderléia

OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL  
INFANTO-JUVENIL E A TOMADA DE DECISÃO DOS (AS)  
PROFISSIONAIS: DESAFIOS PARA O SISTEMA DE GARANTIA  
DE DIREITOS / Vanderléia Batista ; orientador,  
Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, 2017.

104 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. abuso sexual infanto-juvenil.  
3. prática profissional. 4. tomada de decisão. 5.  
Sistema de Garantia de Direitos. I. Leontina Ojeda  
Ocampo Moré, Carmen. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia. III. Título.

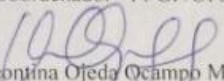
*Vanderlêia Batista*

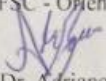
*Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos(as) profissionais: desafios para o Sistema de Garantia de Direitos*

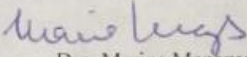
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

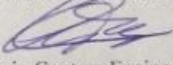
Florianópolis, 11 de Julho de 2017.

Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes  
(Coordenador - PPGP/UFSC)

  
Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré  
(PPGP - UFSC - Orientadora)

  
Dr. Adriano Beiras  
(PPGP - UFSC - Examinador)

  
Dra. Marina Menezes  
(MPSGT - UNIVALI - Examinadora)

*por Skype*   
Dra. Leonor Maria Cantera Espinosa  
(PPGDS - UAB Espanha - Examinadora)

Dra. Maria Aparecida Crepaldi  
(PPGP - UFSC - Suplente)

Dedico esse trabalho a todos(as) profissionais que enfrentam o desafio de atuar no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, em especial aos(às) profissionais que participaram desse estudo, os quais deram voz a essa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho exigiu dedicação e um profundo envolvimento profissional e pessoal. Nesse processo, a participação e o apoio de pessoas especiais, que compartilharam comigo as alegrias e angústias que surgiram ao longo do caminho, foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Dessa forma, tenho muito a agradecer...

À minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Carmen Moré. Obrigada por aceitar me orientar, acreditar em mim e estimular meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal. Sua competência e sabedoria que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

À minha mãe, Jacinta, pela fé e persistência de sempre e pelos ensinamentos que me fizeram desde criança amar os livros e o conhecimento. Obrigada por toda torcida, orações e por sempre acompanhar com entusiasmo minha trajetória de vida, dando-me coragem para enfrentar os desafios e colo para chorar quando algo não dá certo. Te amo imensamente!

A toda minha família, que esteve sempre presente, compreendendo minhas ausências e aguentando meus momentos de estresse. Obrigada pelo amor e respeito! Especialmente ao meu pai, Gelázio, a minha avó Vitória e aos meus irmãos Simone, Sidnei e Vanderlei, pela imensa força e carinho. Vocês são fontes de inspiração por tudo que aprendi e continuo aprendendo convivendo com vocês.

Ao André, meu amor e pessoa que escolhi para dividir a vida. Obrigada pela generosidade, pela força, pelas comidinhas, pelas transcrições, pelos abraços nos momentos de choro e por ser tão especial. Suas crenças em meu potencial fazem me sentir mais forte e sua presença me ajudou a enfrentar os desafios que surgiram nesse caminho. Assim, posso dizer que seu apoio e afeto foram essenciais para que eu não desistisse de concluir este sonho, embora muitas vezes eu o quis.

Aos meus sobrinhos Arthur, Eduardo, Gabriela, Heloísa, Ludmila e Sofia, a alegria de vocês e a espontaneidade de criança foram revigorantes nos momentos difíceis.

Às colegas do CREAS pelo apoio, torcida, momentos de aprendizagem e de descontração. Vocês tornam o trabalho com a temática da violência mais leve e possível! Em especial agradeço as coordenadoras do CREAS, Sandra e Thaise, por todo incentivo e carinho; e a equipe com a qual trabalho diretamente, Eva e Keyth, aprendo todos os dias com vocês, nossas trocas diárias, as risadas e

“empurrões” ajudaram a desenvolver esse trabalho. Obrigada à Ariane pela escuta nos momentos de desabafo e reflexões que contribuíram com a pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Gaspar, em particular à Secretária de Desenvolvimento Social Maristela, por ter permitido que me ausentasse do trabalho para os fins do mestrado.

À Gabriela Frischknecht, por ser minha inspiração e auxiliar em todo o processo do Mestrado, desde a seleção, com dicas, orientações, leituras e muito afeto. Agradeço também por me acolher em sua casa e pela escuta atenta de minhas angústias. Você foi essencial nesse processo!

A todos os meus amigos, pela descontração nas horas precisas e por todo carinho e apoio. Obrigada por compreenderem minha falta de tempo! Em especial agradeço à Rafaela por dividir comigo esse momento, pela escuta, acolhida e incentivo, que me tornam uma pessoa melhor. As amigas de faculdade e profissão que se tornaram amigas de vida, Camila, Carol, Karina e Gabriela Hoffmann, as quais acompanharam todo processo e estiveram presentes na qualificação e defesa. Obrigada pela torcida, pela escuta compreensiva e acolhedora, por serem minhas “cúmplice” nas divagações sobre a vida acadêmica e me ensinarem acreditar que no final “já deu tudo certo”! A vida com vocês é mais colorida!

À Scheila Krenkel, ao Marcos Antunes e à Francieli Sufredini, pela leitura carinhosa e atenta dos artigos que constituem esse trabalho, os apontamentos de vocês foram de extrema relevância para a qualificação dessa pesquisa. Agradeço de forma especial à minha “coorientadora” Scheila, pela disposição em acompanhar todo processo do Mestrado e dividir comigo seu conhecimento, o qual foi primordial para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos colegas do mestrado, que foram companheiros dessa caminhada. Obrigada pelas reflexões e aprendizagens! Em especial à Juliana Frainer que me acolheu em sua residência de maneira afetuosa, tornando minha estadia em Florianópolis mais divertida, também se tornou amiga, me incentivando, refletindo comigo e me escutando, obrigada pela amizade construída! Agradeço ao Marcos Antunes pelas trocas e apoio, os quais auxiliaram nesse processo. Obrigada à Francieli Sufredini pela parceria no decorrer desse processo, compartilhando de forma generosa conhecimentos e vivências profissionais e acadêmicas.

Aos professores do PPGP pela dedicação e profissionalismo na transmissão do conhecimento, que contribuíram para minha qualificação profissional e com a construção dessa Dissertação.

Aos professores que participaram da qualificação do trabalho, Adriano Beiras e Marina Menezes, suas contribuições repercutiram no aprimoramento do trabalho final.

À banca composta pelos professores Adriano Beiras, Leonor Cantera e Marina Menezes, por terem aceitado o convite para compor a banca final e pelas sugestões e críticas valiosas para a qualificação deste trabalho.

Aos(às) profissionais participantes deste estudo, a quem o dedico. Obrigada pela confiança em dividir comigo suas vivências e experiências. Foram vocês que deram voz, cor e vida a esta pesquisa! Que os resultados aqui encontrados possam contribuir com a prática profissional de vocês e ajudem na reflexão e garantia de condições mais adequadas de trabalho no serviço público.

A todos vocês, de coração, meu muito obrigada!





“(...) o abuso sexual praticado contra a criança é uma das formas de maus-tratos que mais se ocultam: a criança tem medo de falar e, quando o faz, o adulto tem medo de ouvi-la”  
(Gabel, 1997).



Batista, V. (2017). **Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos (as) profissionais: desafios para o Sistema de Garantia de Direitos.** Florianópolis, 2017. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup> Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré  
Data da defesa: 11/07/2017.

## RESUMO

O abuso sexual infanto-juvenil é um fenômeno de alta prevalência que representa um potencial fator de risco ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, o que exige uma intervenção que acolha as singularidades do fenômeno. No Brasil, as situações de abuso sexual infanto-juvenil são atendidas pelos diferentes segmentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). O presente estudo tem como objetivo compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de decisão de profissionais que atuam no SGD. O posicionamento epistemológico norteador da investigação foi a perspectiva da complexidade e como base teórica utilizou-se a Teoria Bioecológica do desenvolvimento Humano, as quais possibilitaram a compreensão do fenômeno em seu contexto, considerando a articulação e interdependência entre diferentes elementos que se conjugam entre si. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do qual participaram 12 profissionais de diferentes categorias, que atuam no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil no SGD de um município da Região Sul do Brasil. Os dados foram coletados através da técnica de entrevista semiestruturada com apresentação de dois relatos de casos fictícios de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. A organização e análise dos dados ocorreram por meio dos princípios da Grounded Theory, com auxílio do software Atlas.ti 7.5.7. Os resultados, apresentados na forma de artigos, indicaram que expostos às mesmas informações, os(as) profissionais apresentam opiniões diferentes referente a tomada de decisão sobre a veracidade dos casos. Identificaram-se relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão, sendo que os(as) profissionais que apresentaram reações de credibilidade no abuso sexual foram os que possuem visão positiva sobre a criança e o adolescente, conheciam os aspectos da dinâmica do abuso sexual e apresentaram poucas percepções envolvendo estereótipos de gênero e questões culturais. Além disso, a

tomada de decisão foi mediada pelas Leis referentes ao abuso sexual, pelas provas do processo, pela intuição e experiência de vida. Observou-se que as ações dos(as) profissionais, de maneira geral, estavam relacionadas com o que é preconizado pelo SGD, envolvendo a notificação da situação aos órgãos competentes, a solicitação de medidas para a garantia da cessação do abuso sexual, o atendimento a criança e adolescente no contexto da saúde e no âmbito da Assistência Social e o reconhecimento da necessidade de acompanhamento das genitoras. Por outro lado, evidenciou-se que as ações dos(as) profissionais não abrangem os princípios da centralidade na família e da prevenção. Dessa forma, os resultados revelaram que o SGD estabelece uma rede de apoio e proteção ao abuso sexual infanto-juvenil, mas os serviços denotam dificuldades em atuarem no enfrentamento das situações. Em termos de fatores de risco do SGD observou-se falta de articulação do sistema, presença de estereótipos de gênero, morosidade dos processos judiciais, falta de intervenção com o autor da violência, e consequências físicas e emocionais do trabalho com a temática do abuso sexual. Conclui-se sobre a necessidade do desenvolvimento e/ou reconhecimento por parte do(a) profissional de uma postura crítica em relação a sua prática, a fim de diminuir os vieses pessoais na tomada de decisão. Para tanto, é necessário maiores investimentos em recursos humanos e materiais na rede de serviços que compõem o SGD, garantindo condições adequadas de trabalho aos(as) profissionais. Do mesmo modo, destaca como relevante a implantação de programas de educação permanente aos(as) profissionais e a presença de serviços voltados à atenção da saúde do(a) trabalhador(a), como forma de qualificar a prática profissional e evitar o adoecimento dos(as) profissionais que atuam no SGD frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil. texto do resumo deve ser digitado, em um único bloco, sem espaço de parágrafo.

**Palavras-chave:** abuso sexual infanto-juvenil, prática profissional, significados, tomada de decisão, Sistema de Garantia de Direitos.

## ABSTRACT

Sexual abuse of children and teenagers when occurs is a potentially highly risk factor for their development. It requires a treatment which understands the singularity of this kind of crime. In Brazil the cases of sexual abuse of children and teenagers are treated by different agencies which are made up by The System of Guarantees of Rights (SGD). This paper has the aim of understanding the meanings attributed to child abuse and the decision making by SGD professionals. The epistemological position which led the current investigation was The Perspective of the Complexity and as the theoretical fundamental it was used The Bioenvironmental Theory of Human Development. They allowed the understanding of this kind of abuse considering the articulation and interdependency among different factors. It is a study of qualitative approach which took part 12 professionals of different areas who work at the SGD in a municipality in the South of Brazil. The data was collected through a semi structured interview technique with the presentation of two fictional cases of suspicion of sexual abuse of children. The organization and the analysis of the data happened through the principles of Grounded Theory with the support of the software Atlas.ti 7.5.7. The outcome, presented as an article, indicated that when the professionals were exposed to the same information they reacted differently with regards to the decision making of the veracity of the cases. It was identified relations between the sexual abuse and the decision making. The professionals who have showed an accountable reaction towards the sexual abuse were those who had a positive attitude with respect to the children and adolescents, they were aware of the dynamic of sexual abuse and they have also shown few perceptions of prejudice with regards to gender stereotypes and cultural issues. Besides that, the decision taking was mediated respecting the sexual abuse laws, the evidence of the process; it was also taken into consideration insights and life experience of the professionals. It was perceived in this study that the actions of the professionals, in general terms, were the ones according to the rules of the SGD, it involved the notification of the situation to the responsible agencies by them, the solicitation for taking action to stop the abuse, the counseling of the victim in the health system and social assistance and the recognition of the participation of the mother to the treatment. On the other hand, it was clear that the actions of the professionals are not based on the principle of the centrality of the family and prevention of the abuse. In this way, the outcomes have shown that the SGD sets a network of support and

protection against sexual abuse, however, the service has presented difficulties to take action to handle the situations involving abuse. Regarding to the risk factors at the SGD it was perceived a lack of articulation of the system, the existence of gender stereotypes, a slowdown in the judicial process, the absence of intervention by the responsible for the crime and lack of emotional and physical care of the victim of the abuse. This paper concludes that there is the necessity to develop and to recognize, by the professionals, the need of a critical attitude with regards its practice aiming to reduce the influence of personal opinion in the case of abuse. For that matter, it is necessary more investments in human resources and support content on the network which make up the SGD and allow the necessary conditions to the practice of the professionals. In the same way it highlights the implementation of permanent education of the professionals and the necessity of the existence of a health service to the workers as a mean to qualify their professional practice and avoid that the staff who handle the abuses become ill.

**Keywords:** child and adolescent sexual abuse, professional practice, meanings, decision making, System of Guarantees of Rights.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama dos níveis do ambiente de um(a) profissional que atua em situação de violência sexual a partir da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner .....	39
Figura 2 - Carta de rede secundária: Sistema de Garantia de Direitos ..	48
Figura 3 - Diagrama das dimensões e categorias em torno do fenômeno “A prática profissional em situação de abuso sexual infanto-juvenil” ..	66
Figura 4 - Diagrama dos artigos produzidos em torno do objetivo geral da pesquisa .....	75





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos relatos de casos hipotéticos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil apresentados aos participantes .....	52
Quadro 2 - Caracterização sociodemográfica dos(as) participantes.....	64
Quadro 3 - Apresentação das dimensões, categorias, subcategorias e elementos de análise .....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AG – Ambulatório Geral

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CEI – Centro de Educação Infantil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPPMCA – Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF – Estratégia de Saúde da Família

IML – Instituto Médico Legal

ONGs – Organizações não Governamentais

SAVS – Serviço de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

WHO – World Health Organization – Associação Brasileira de Normas Técnicas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>43</b>
2.1	OBJETIVO GERAL .....	43
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	43
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b> .....	<b>45</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA 45	
3.2	CONTEXTO DA PESQUISA .....	46
3.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO .....	48
3.4	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS 50	
3.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	54
3.6	PROCEDIMENTOS ÉTICOS .....	57
3.7	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	60
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>62</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	62
4.2	APRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES E QUADRO GERAL DE CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE .....	65
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>74</b>
5.1	ARTIGO 1: RELAÇÕES ENTRE OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL E A TOMADA DE DECISÃO DOS(AS) PROFISSIONAIS .....	77
5.2	ARTIGO 2: TOMADA DE DECISÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTO- JUVENIL .....	78
5.3	ARTIGO 3: O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTO- JUVENIL NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS .....	79
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>87</b>

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o abuso sexual infanto-juvenil atingiu altos índices de prevalência, sendo considerado um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (World Health Organization - WHO, 2014). Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que uma em cada cinco mulheres e um em cada treze homens vivenciaram abuso sexual na infância ou na adolescência (WHO, 2014). No Brasil, 24.575 denúncias de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes foram recebidas pelo Disque 100 (Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes) no ano de 2014, sendo 19.165 referentes ao abuso sexual e 5.410 a exploração sexual. Foi uma média de 67 notificações por dia ou três denúncias a cada hora (Brasil, 2015).

Já entre janeiro e março de 2015, foram denunciados 4.480 casos de violência sexual, o que representa 21% das violações de direitos relacionadas a crianças e adolescentes (Brasil, 2015). Ressalta-se que a real prevalência do abuso sexual é desconhecida, visto que há casos que não são revelados e/ou as revelações são feitas apenas na fase adulta, devido tanto aos sentimentos de vergonha e ao medo da criança ou do adolescente, quanto ao sigilo intrafamiliar (Furniss, 2002; Fuster, 2002).

O abuso sexual infantil-juvenil é caracterizado por todo ato ou jogo sexual com o propósito de gratificação sexual do(a) autor(a) da violência, que deve ter uma diferença significativa de idade, de desenvolvimento ou de tamanho, a qual não permita a criança ou ao adolescente ter condições de dar consentimento consciente para o ato. Ocorre por meio de práticas eróticas e sexuais, com ou sem contato sexual, impostas à criança ou ao adolescente através da violência física, ameaça ou indução de sua vontade (Azevedo & Guerra, 1989; Duarte & Arboleta, 2005; Habigzang, Ramos & Koller, 2011). Tal conceito sugere o abuso sexual como uma prática imposta ao outro para gratificação sexual não limitada ao ato sexual em si, englobando desde a prática de carícias, a manipulação de genitália, mama ou ânus, o voyeurismo, a pornografia, o exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração.

O impacto da violência sexual é complexo e variado, e envolve consequências físicas, psicológicas e sociais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Segundo Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), crianças ou adolescentes em situação de violência sexual podem apresentar quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção, transtorno de personalidade borderline, transtorno do estresse

pós-traumático e crenças disfuncionais relacionadas com a situação abusiva. Essas consequências podem se desencadear ainda na infância e adolescência, bem como permanecerem latentes e intensificarem ou se desenvolverem na fase adulta. Assim, a violência sexual afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes de maneiras diferentes, apresentando efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, em alguns casos, e, em outros, podem ocorrer graves problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos (Saywitz, Mannarino, Berliner, & Cohen, 2000). O impacto do abuso sexual é mediado por fatores intrínsecos, relacionados às características pessoais da criança, e por fatores extrínsecos à criança, que dizem respeito à rede social e afetiva e às características do abuso sexual em si (Valle & Silovsky, 2002).

Toda a rede de suporte social da criança ou do adolescente irá influir na repercussão da violência sexual. Cabe mencionar que essa rede inclui os órgãos governamentais e não governamentais, que possuem poder decisório sobre o destino de crianças e adolescentes em situação de violência sexual e elaboram as diretrizes do atendimento. No Brasil, pertencem a este contexto os diversos segmentos do denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD), destinados à prevenção e intervenção do abuso sexual infanto-juvenil, como as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, com destaque ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, e Programas de Atendimento públicos e privados (Brasil, 2006).

Uma rede de suporte social articulada, constituída por profissionais qualificados, que possibilite um ambiente protetor e afetivo à criança e ao adolescente, é importante na minimização dos efeitos do abuso sexual no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente (Espíndola & Batista, 2013). Se as crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias recebem atendimento dos serviços de que necessitam e são tratados de forma empática e com respeito, os sistemas sociais podem facilitar a superação das consequências do abuso sexual (Campbell, Dworkin & Cabral, 2009). Por outro lado, esses sistemas podem ampliar os sentimentos de impotência, vergonha e culpa da pessoa que vivenciou a violência, podendo ter um efeito negativo no bem-estar psicológico das vítimas (Campbell & Raja, 2005). Nesse contexto, o suporte social pode contribuir com o processo de revitimização da criança ou adolescente em situação de violência, o qual se refere ao dano causando após a revelação do abuso.

Destaca-se, igualmente, a complexidade e especificidade envolvendo a intervenção em situações de abuso sexual infanto-juvenil, principalmente no que tange ao manejo inicial após a revelação da violência. Por se desenvolver em uma atmosfera de segredo e tabu, o abuso sexual ao ser revelado ao público, passa a sofrer interferências de uma rede de profissionais, resultando em mudanças significativas no sistema e na dinâmica familiar. Cabe ao(à) profissional os encaminhamentos necessários e adequados para garantir ao mesmo tempo a proteção integral da criança ou adolescente e a não punição de inocentes, com o objetivo de não promover a desagregação familiar, da qual as maiores vítimas tendem a ser as crianças e adolescentes (Oliveira, 2011). Os(as) profissionais encontram-se diante do desafio de evitar formas traumáticas de intervenção, e ao mesmo tempo não serem negligentes diante da situação de risco que a criança ou adolescente possa estar vivenciando.

Cabe sinalizar que por ser considerado um crime “hediondo” diante da Lei e de grande comoção social, o trabalho com o abuso sexual, por vezes, acarreta sentimentos negativos aos(às) profissionais, fazendo com que estes(as) tenham que lidar com seus próprios valores éticos e morais. O fato da violência sexual ocasionar danos a uma criança ou adolescente, pode desencadear crenças no(a) profissional relacionadas à natureza injustificável dos danos, e a sua necessidade de punição e vingança (Ward & Brown, 2004). Martins (2007) descreve a indignação, raiva, dor, impotência, nojo, agressividade, mal estar, desânimo, angústia e pena como sentimentos que arrebatam profissionais ao conhecer e enfrentar situações de abuso sexual infantil.

Nesse sentido, os estudos que abordam a relação entre prática profissional e o trabalho com violência evidenciam consequências e efeitos negativos ao(à) profissional, tanto em termos individuais como grupais, assim como uma preocupação com o cuidado dessas pessoas profissionais para fazer frente e prevenir o desgaste devido ao que denominam de “contaminação temática” e “traumatização das equipes” (Aron & Llanos, 2004; Cantera, 2002; Menares, Morales & Peres, 2003; Moré & Cantera, 2010; Quintana, 2005; Santana & Farkas, 2007). Entre as consequências do trabalho com a violência estão: fadiga, lentidão, dores de cabeça, problemas gastrointestinais, baixa imunidade, alterações de sono e apetite, irritabilidade, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldades para tomar decisões, desmotivação, sensação de vazio, visão negativa de mundo, sentimentos de culpa e impotência, perda da fé, e crises de valores. Em decorrência dessas consequências, observa-se que os(as) profissionais se distanciam

das pessoas que atendem, culpam estas pela violência vivenciada, demonstram hostilidade nos atendimentos e rotulam as pessoas atendidas (Aron & Llanos, 2004).

Além disso, não se pode deixar de considerar o(a) profissional como uma pessoa em desenvolvimento, com uma história de vida e inserida em um contexto formado por significados atribuídos à violência sexual. Os mitos, crenças, valores, e ideologias de uma cultura, que estão relacionadas ao abuso sexual, se infiltram na escuta profissional, influenciando na tomada de decisão frente à situação de violência sexual (Velásquez, 2003). Cantera (2002) acrescenta que o(a) profissional que acolhe uma situação de violência encontra-se imerso num constante processo de construção do significado dessa violência, no qual converge tanto sua dimensão histórica e individual como a dimensão social instituída, sujeita a regras, valores, pré-juízos, preconceitos e normas de relacionamentos. Dessa forma, o(a) profissional se depara com o desafio de lidar com estereótipos e crenças culturais, bem com o impacto que tal trabalho gera em sua história pessoal que, dependendo do tipo de violência que observa, pode levá-lo a evocar cenários de sua própria vida.

Furniss (2002) afirma que ao intervir em uma situação de violência sexual, o(a) profissional e a família formam um único sistema, onde ambos se influenciam mutuamente. O significado que o profissional atribui ao abuso sexual é construído com base em uma relação dialógica entre o(a) profissional e a família em situação de violência, que segundo Grandesso (2011) resulta em ato interpretativo entre um intérprete e o interpretado, estabelecendo compreensão e organização das práticas sociais através da linguagem. A prática profissional, assim, é compreendida em uma perspectiva intersubjetiva e dialógica, que possibilitará ao profissional compreender e significar a violência.

Desse modo, os(as) profissionais que atuam em situações de violência sexual infanto-juvenil enfrentam vários desafios, os quais podem influenciar na sua tomada de decisão frente à situação de violência. A tomada de decisão é um processo cognitivo complexo e se refere ao modo como o(a) profissional tomará uma decisão frente a diversas possibilidades de escolha, estando relacionada à decisão sobre a veracidade da situação e às ações dos(as) profissionais vinculadas às intervenções e encaminhamentos realizados com todos os envolvidos na situação de violência. A tomada de decisão é uma função passível de erros, vieses e inconsistências, visto que a cognição humana não pode dar conta de todos os aspectos envolvidos em um fenômeno, ela se



utiliza de atalhos mentais para processar as informações (Arruabarrena & De Paúl, 2012).

Estudos também evidenciam opiniões discrepantes, entre profissionais da mesma área, sobre a validade das alegações de abuso sexual infantil (Everson & Sandoval, 2011; Finnilä-Tuohimaa, Santtila, Sainio, Niemi & Sandnabba, 2009; Herman, 2009; Pelisoli, Gava & Dell'Aglio, 2011; Stokes & Schmidt, 2012). Observa-se que quando as divergências não podem ser explicadas por variações na formação ou experiência, a especulação, muitas vezes centra sobre a intrusão de fatores subjetivos (Faller, 2003; Herman, 2005). Pesquisas internacionais identificaram influências de questões de gênero, idade, e da área de conhecimento sobre a tomada de decisão de profissionais que atuam em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Bottoms, Golding, Stevenson, Wiley & Yozwiak, 2007; Bottoms, Peter-Hagene, Stevenson, Wiley, Mitchell & Goodman, 2014; Hetheron & Beardsall, 1998). Variáveis cognitivas relacionadas às crenças dos(as) profissionais sobre o abuso sexual infantil, igualmente, foram constatadas como influências na tomada de decisão tanto em crimes como em decisões clínicas (Everson & Sandoval, 2011; Finnilä-Tuohimaa et al., 2009).

Na literatura brasileira, os estudos que focalizam o(a) profissional que atua no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes são escassos. Em uma revisão da produção de artigos brasileiros envolvendo o tema abuso sexual contra crianças e adolescentes, publicados entre 2005 e 2015 em revistas brasileiras indexadas nos portais BVS-psi e CAPES foram identificados 158 artigos, em que apenas 12,6% (n=20) deles tinham como tema o(a) profissional que atua em situações de abuso sexual. Utilizaram-se os descritores “abuso sexual”, “violência sexual” e “criança”, bem como seus correspondentes na língua inglesa. Os(as) profissionais, de maneira geral, são abordados nos estudos em relação às repercussões de sua atuação profissional, a qual pode ocasionar a revitimização da criança e adolescente em situação de violência sexual. Os artigos pontuam diretrizes para a prática profissional, sendo que os estudos focalizam os(as) profissionais de cada área de maneira isolada, o que pode ser reflexo da falta de uma atuação articulada dos Serviços, conforme verificado pelos estudos. Nesse sentido, constata-se escassez de pesquisas que têm como foco o(a) profissional que atua no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, integrando às diferentes áreas e categorias profissionais.

No que se refere à tomada de decisão, uma revisão integrativa da produção científica, nacional e internacional, realizada por esta

pesquisadora e o laboratório responsável por este estudo (Batista, Moré & Krenkel, 2016) buscou compreender os fatores que influenciam a tomada de decisão profissional e suas implicações para a prática. Tal revisão incluiu os estudos empíricos que tinham como tema central o abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos (as) profissionais que trabalham com essa temática, os quais foram publicados entre janeiro de 2006 a junho de 2016. Apesar da notória importância do tema, identificou-se escassa produção científica no contexto brasileiro acerca da temática, totalizando apenas 6 estudos nacionais publicados nos últimos dez anos.

Entre esses artigos, um survey online com 95 psicólogos conduzido por Pelisoli e Dell'Aglio (2016) avaliou a tomada de decisão em um caso fictício de suspeita de abuso sexual e suas relações com variáveis cognitivas, sociodemográficas e profissionais, bem como influência de características representativas de casos de abuso sexual. Os resultados indicaram que idade, gênero, tempo de formação e tempo de prática não apresentaram correlação com a tomada de decisão, mas que as características representativas de abuso sexual tiveram relações significativas com a probabilidade avaliada do caso. Assim, os profissionais apresentaram diferentes opiniões sobre o caso, ainda que expostos às mesmas informações (Pelisoli & Dell'Aglio, 2016). Em outra pesquisa com profissionais do sistema de justiça do estado do Rio Grande do Sul, Pelisoli e Dell'Aglio (2014) evidenciaram que os documentos, testemunhos e percepções subjetivas influenciam as decisões tomadas por esses profissionais.

O estudo realizado por Granjeiro e Costa (2008) na cidade de Brasília, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos na interface Psicologia/Direito, identificou que a tomada de decisão do juiz e do representante do Ministério Público envolvendo situações de abuso sexual infanto-juvenil em que as evidências do caso são insuficientes é mediada pelo parecer técnico do psicólogo forense. Por sua vez, a atuação do psicólogo forense oscila entre atender a família em situação de abuso sexual e oferecer informações ao juízo para subsidiar a sua decisão. Ribeiro e Costa (2007) em uma pesquisa desenvolvida no Serviço Psicossocial Forense do Tribunal de Justiça do Distrito Federal sobre as emoções que assistentes sociais e psicólogos do contexto jurídico experimentam frente ao abuso sexual infantil, durante a avaliação psicossocial, constataram que quem dá sentido ao processo judicial é a criança que vivencia o abuso; as profissionais esperam punição ao autor da violência e desenvolvem uma identificação com as crianças.

Laner e Falke (2013) buscaram investigar as concepções de profissionais que atuam em abrigos estaduais do município de Porto Alegre sobre o abuso sexual infanto-juvenil. Os resultados revelaram que os(as) profissionais apresentam concepções equivocadas com relação à dinâmica do abuso sexual intrafamiliar, especialmente no que se refere às características da vítima e do abusador, e apresentam sentimentos que podem dificultar o manejo das situações com as quais se deparam. Costa, Ribeiro, Penso & Almeida (2008) procuraram identificar os sentimentos e dificuldades de professores que supervisionavam um projeto de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Os resultados mostraram que questões emocionais, de gênero e de experiência pessoal estavam presentes na supervisão.

Salienta-se que tanto a compreensão do abuso sexual quanto a atuação profissional frente a esse fenômeno exigem uma análise ampliada e sistêmica, considerando múltiplos fatores, como a singularidade e heterogeneidade da história dos indivíduos envolvidos na situação e do(a) profissional que a acolhe, bem como do contexto no qual a violência e a intervenção se desenvolvem. Nessa perspectiva, esse estudo norteia-se pelos pressupostos do Pensamento Complexo proposto por Morin, o qual propõe a superação do que nomeia como “paradigma da simplicidade”, característico das ciências tradicionais, colocando a necessidade de considerar os fenômenos da natureza sob a ótica da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade (Morin, 2011).

O pressuposto da complexidade, segundo o autor mencionado, estabelece a contextualização dos fenômenos estudados e a interdependência entre seus elementos. Os fenômenos são entendidos como multideterminados, por aspectos heterogêneos, associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo (Morin, 2011). Para tanto, na compreensão de um fenômeno é necessário considerar todos os aspectos que o influenciam, como os fatores físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais; e identificar como esses aspectos estão relacionados. Sendo assim, pensar complexamente é admitir as contradições entre os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno, reunindo as coerências diversas existentes, numa perspectiva dialógica, que não produz a síntese das diferenças, mas reconhece as diferenças, unindo sem excluí-las. (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013). O objetivo não é dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões, concebendo a articulação, a identidade e a diferença de todos seus aspectos (Morin, 2005).

O foco não está na necessidade de separar o objeto em partes para entender o todo, pois, o todo é maior que a soma de suas partes, não só a parte está no todo, mas também o todo está na parte; o que rompe com o princípio da simplicidade das ciências tradicionais (Morin, 2005). Desse modo, o que se realiza é a operação de conjunção entre esses elementos, sendo que a atitude do cientista é de “e – e” e não “isto ou aquilo”, não isola os elementos diferentes, e procura focalizar as relações entre eles (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013).

Consequentemente, os fenômenos deixam de serem compreendidos a partir de uma causalidade linear e passam a ser compreendidos pela causalidade circular recursiva, a qual considera que o fenômeno é influenciado e formado por seu contexto, ao mesmo tempo em que influencia e forma esse contexto. Conforme Morin (2011), por meio de um processo complexo como um espiral, o produto é produtor daquilo que o produz. Essa mudança de paradigma permite que a atuação profissional em situações de abuso sexual infanto-juvenil possa ser compreendida além da lógica de causa-efeito, admitindo que os(as) profissionais possam reformular suas ações e significados por meio de informações adicionais que entram no sistema.

O Pensamento Complexo substitui a crença em um mundo estável pela de um mundo em contínua transformação, pressupondo a instabilidade, imprevisibilidade e incontrolabilidade dos fenômenos. Os fenômenos estão em constante transformação, sempre em processo de devir, de tornar-se (Morin, 2011). O pressuposto da intersubjetividade revela a impossibilidade da neutralidade do pesquisador ao observar um fenômeno, considerando as experiências, a subjetividade e as escolhas do observador como fundamentais na constituição da pesquisa, visto que a constituição do conhecimento acontece pelas experiências do observador, nas relações interindividuais e por meio dos significados linguísticos dessas experiências (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013).

Dessa forma, o pesquisador intervém na realidade que quer pesquisar, influenciando essa realidade e sofrendo influências dela, tornando-se participante do contexto de pesquisa, o que impossibilita o conhecimento objetivo do mundo, conforme proposto pelas ciências tradicionais. Considera-se, assim, que os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos são compostos pela relação de múltiplos aspectos, concebidos de forma dinâmica e estão sujeitos a flutuações, que por sua vez são da ordem do acaso, imprevisíveis e multideterminadas, não podendo ser compreendidas linearmente como

causa-efeito. Do mesmo modo, se concebe a existência de diferentes realidades, igualmente importantes e verdadeiras, que dialogam entre si.

Associado ao posicionamento epistemológico sustentado no Pensamento Complexo, o presente estudo considera como base teórica a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (2005), a qual propõe vários níveis que determinam um fenômeno social, fornecendo um quadro teórico útil para compreender o abuso sexual contra crianças e adolescentes, que é um fenômeno multideterminado. Conforme Bronfenbrenner (1994), os maus-tratos contra criança e adolescentes podem ser potencializados ou inibidos através das interações entre o indivíduo, família, comunidade e cultura. Dessa forma, o abuso sexual não pode ser visto como um fenômeno isolado e focalizado apenas na pessoa que o vivencia, e sim apresenta influência de todo o contexto no qual essa pessoa está inserida, incluindo as relações próximas como as mais distantes e a própria cultura.

De acordo com a Perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento é influenciado por características ambientais e individuais que se relacionam mutuamente, sendo importante na sua análise considerar o meio no qual o indivíduo está inserido, e a relação que este possui com seu meio (Bronfenbrenner, 1996). Nesse contexto, para melhor compreender o desenvolvimento humano, é necessário avaliar todo o sistema bioecológico que envolve o indivíduo, o qual de acordo com Bronfenbrenner (2005) depende de quatro dimensões que interagem entre si, denominadas de “Modelo PPCT” – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

O processo é considerado o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento e está relacionado às interações recíprocas que acontecem de maneira gradativa, em termos de complexidade, entre o sujeito e as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Os processos proximais são as interações que a pessoa estabelece com o seu meio, podendo contribuir para a competência ou disfuncionalidade. A competência caracteriza-se pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade para conduzir e direcionar o comportamento em situações e domínios evolutivos, podendo ocorrer de forma isolada e/ou combinada nos domínios intelectual, físico, sócio emocional, motivacional e artístico. A disfunção refere-se à manifestação de dificuldades em manter o controle e a integração do comportamento em situações e diferentes domínios do desenvolvimento. Cabe mencionar que a competência e disfunção dependem da natureza do ambiente onde

ocorrem. As manifestações de disfunção mais frequentes e severas irão ocorrer em ambientes desfavoráveis ou desorganizados. Em ambientes mais favoráveis ou estáveis ocorrem manifestações de competência mais frequentes e intensas. Deste modo, a vivência de abuso sexual é considerada um impacto desfavorável nos processos proximais, que pode levar a disfunção.

No segundo núcleo, Pessoa, Bronfenbrenner (2005) denota a relevância dos fatores biológicos e genéticos no desenvolvimento, vinculados às características individuais da pessoa em desenvolvimento. A pessoa é analisada através de suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na sua interação com o ambiente. As características da pessoa são construídas em uma relação onde são produtoras e produtos do desenvolvimento, pois influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais e, ao mesmo tempo, são resultados da interação conjunta desses elementos (Wendt, 2006). Os fatores biológicos, genéticos e características pessoais que atuam nos processos proximais são as disposições ou forças, os recursos e as demandas; ambas podendo ser generativas, colocando os processos proximais em movimento; ou inibidoras, impedindo a ocorrência dos processos proximais (Bronfenbrenner, 2005).

As disposições são as características relacionadas ao temperamento, motivação, e persistência. Essas disposições podem ser geradoras do desenvolvimento e se manifestar por meio da curiosidade, do engajamento em atividades individuais ou grupais, resposta à iniciativa de outros e autoeficácia. Podem ser também disruptivas, expressando-se por dificuldades da pessoa em manter o controle sobre seu comportamento e emoções, que podem se manifestar através de comportamentos internalizantes e externalizantes, como a agressividade, impulsividade, apatia e indiferença. Os recursos referem-se às características que influenciam a capacidade da pessoa em engajar-se nos processos proximais, podem estar relacionados a recursos cognitivos e emocionais, experiências passadas, habilidade e nível de inteligência; ou a recursos sociais e materiais, moradia, educação, alimentação, cuidados familiares, entre outros. Por fim, as características de demanda são os atributos pessoais que incitam ou impedem as reações do ambiente social. Entre esses atributos encontram-se a aparência, personalidade, idade, gênero, cor da pele, etnia, entre outros (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A experiência é outro elemento relacionando à pessoa, no qual estão incluídas as situações concretas que ocorrem com a pessoa, bem

como as significações subjetivas que esta atribuiu às situações vivenciadas. A experiência está relacionada aos sentimentos subjetivos de cada pessoa em relação a ela mesma e aos demais, sendo importante considerar além da situação vivenciada a forma como a pessoa lida com esta situação e como dá sentido a ela (Bronfenbrenner, 2005). Na atuação profissional em situações de abuso sexual, além de considerar o contexto dessa experiência, é importante compreender o modo como o(a) profissional significa e lida com sua experiência profissional. Um exemplo disto pode ser pensado à luz de diferentes posições profissionais, frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, diante de uma situação de abuso sexual vivenciada por uma adolescente, um(a) profissional pode acreditar que a adolescente é participante e/ou culpada pela violência, já outro pode expressar sentimentos de revolta contra o autor da violência.

Tais características da pessoa são incorporadas dentro do Contexto, que é o terceiro núcleo da Teoria Bioecológica. O Contexto se refere ao meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento. De acordo com Bronfenbrenner (1996), o ambiente ecológico de desenvolvimento humano não se limita a um ambiente único e imediato, deve ser concebido por um conjunto de estruturas concêntricas, contidas uma dentro da outra. O Contexto foi dividido em quatro subsistemas que interferem mutuamente entre si e afetam conjuntamente o desenvolvimento humano. É importante destacar que estes subsistemas não são fixos, são dotados de dinamismo, e ocorrem simultaneamente. Os subsistemas mudam com o tempo, bem como uma estrutura pertencente a um subsistema pode pertencer a outro no decorrer do tempo. Os quatro subsistemas são: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O microssistema é o ambiente imediato, onde ocorrem as interações face a face da pessoa em desenvolvimento com seu ambiente. Abrangem atividades, papéis e relações interpessoais vivenciadas pela pessoa nos ambientes onde estabelece relações imediatas. No microssistema estão as relações que a pessoa em desenvolvimento estabelece com a família, trabalho, amigos, vizinhos, entre outros. O mesossistema envolve a relação entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa participa ativamente. Como por exemplo, a relação entre trabalho e família ou vizinhos e família.

O exossistema corresponde às relações entre dois ou mais ambientes, nos quais a pessoa em desenvolvimento não tem contato direto com um dos ambientes, mas este influencia diretamente seu

desenvolvimento, por influenciar seus processos no contexto imediato. Como por exemplo, a relação entre a família e o local de trabalho dos pais ou a rede de amigos dos pais de uma criança. O macrosistema diz respeito ao padrão de ideologia, valores e organização das instituições sociais comuns a uma cultura ou subcultura. Engloba a economia, formas de organização de uma sociedade, as leis, os costumes, as religiões, que estão presentes na vida de uma pessoa e influenciam seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

O cronossistema, quinto subsistema, refere-se às influências do tempo no desenvolvimento da pessoa e as mudanças que ocorrem ao longo do tempo no ambiente, considerando a história transgeracional da família e dos grupos sociais. O cronossistema é considerado de maneira abrangente, englobando as mudanças do próprio indivíduo, como o atributo do crescimento humano (idade cronológica), bem como as mudanças históricas relacionadas à sociedade e a família da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). O tempo é um elemento fundamental na constituição e análise dos processos proximais, visto que o impacto desenvolvimental das pessoas em interação é alterado ao longo dos anos.

Deste modo, a Teoria Bioecológica se caracteriza como uma teoria materialista dialógica. Materialista porque há uma realidade a priori que independe da pessoa para existir, como por exemplo, os objetos e símbolos com os quais a pessoa interage no processo proximal. A partir dos processos proximais, a pessoa em desenvolvimento influencia essa realidade, que é seu contexto, bem como é influenciada por ela. Nesse caso, há uma interdependência entre pessoa e contexto, tornando a materialidade inquieta e a estabilidade momentânea. Assim, o homem para Bronfenbrenner é um ser inter-relacional, que estabelece relações proximais e dialoga com as pessoas, objetos e símbolos do ambiente (Masson, 2007; Tudge, 2008). Já o conhecimento para Bronfenbrenner é obtido através de um processo co-constutivo, envolvendo ambos, o pesquisador e o participante da pesquisa, visto que a realidade depende, em partes, da cultura, da história e dos sistemas ecológicos de um determinado contexto. Por conseguinte, não existe causa única e singular para explicar o desenvolvimento individual, e os indivíduos não podem ser separados de seus contextos para serem estudados (Tudge, 2008).

Com base na Teoria Bioecológica, os fenômenos devem ser compreendidos de maneira ampla e sistêmica, levando em conta a ecologia no qual estes se desenvolvem. Destarte, ao compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de



decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos deve-se considerar o(a) profissional inserido em seu contexto, verificar sua história de vida em torno das questões de violência sexual; sua formação e experiência profissional; as relações mais próximas desse(a) profissional e as relações que indiretamente o influenciam; suas condições de trabalho; sua rede de apoio social; a rede de serviços destinada ao atendimento de criança e adolescente em situação de violência sexual da região na qual o(a) profissional atua; a cultura envolvendo o abuso sexual infanto-juvenil, entre outros aspectos. Todos esses incluídos no modelo PPCT conforme representado na Figura 1.

Figura 1 - Diagrama dos níveis do ambiente de um(a) profissional que atua em situação de violência sexual a partir da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner. Fonte: elaboração da autora.



A partir desse cenário, o presente estudo se insere no contexto dos trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Psicologia de Saúde, Família e Comunidade - LABSFAC, vinculado ao projeto interinstitucional denominado “O processo hermenêutico da violência na prática profissional: um olhar sob a perspectiva de gênero”, o qual é coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen L.O.O.Moré. O interesse e desejo de

aprofundar o tema se assenta na vivência/experiência profissional da pesquisadora, que há seis anos atua no atendimento de situações de violência sexual infanto-juvenil. Dessa experiência profissional aliada aos estudos sobre o tema, emergiram indagações a respeito dos fatores que influenciam a tomada de decisão dos profissionais frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil.

Esta proposta de pesquisa é baseada na importância de considerar o(a) profissional que atua no atendimento de situações de violência sexual como uma pessoa em desenvolvimento, inserida em um contexto. Procura investigar as implicações dos significados que o(a) profissional atribui à violência sexual em sua prática profissional, especificamente na tomada de decisão, visto que os significados que o indivíduo atribui a um fenômeno determina a forma do indivíduo pensar, sentir e se comportar frente a ele. Trata-se, portanto, de um estudo sobre processos psicológicos, que considera o indivíduo em interação com o meio, abrangendo o desenvolvimento humano nos âmbitos individual e coletivo, e suas relações com a saúde, a cognição, os comportamentos e as relações como um todo.

Este estudo parte do pressuposto de que os significados que os(as) profissionais que atuam no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil atribuem sobre esta forma de violência irão influenciar sua tomada de decisão frente às famílias em situação de violência sexual. Assim, pretende-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos? Considera-se que a relevância do presente estudo está na possibilidade de permitir a melhor compreensão da prática profissional, de modo a auxiliar na identificação de fatores que a influenciam, o que pode fornecer diretrizes ao planejamento de intervenções e capacitações aos(às) profissionais, aprimorando o atendimento às famílias em situação de violência sexual infanto-juvenil e demais envolvidos.

A presente Dissertação divide-se em cinco capítulos, os quais visam apresentar e discutir os resultados encontrados. O segundo capítulo aborda os objetivos do trabalho, tanto o geral quanto os específicos, enquanto o terceiro capítulo apresenta uma descrição acurada dos aspectos metodológicos que originou a presente Dissertação. O quarto capítulo traz os dados com base na análise dos dados, em resposta aos objetivos da pesquisa, apresentando a caracterização sociodemográfica dos participantes da pesquisa e o quadro geral das dimensões, categorias e subcategorias elucidadas. O

quinto capítulo foi construído sob formato de três artigos, nos quais são discutidos e aprofundados os resultados principais apresentados no capítulo anterior. O sexto capítulo, por sua vez, aborda as considerações finais sobre o trabalho, envolvendo uma visão integrativa dos três artigos, reflexões sobre os resultados, percurso metodológico, limitações e sugestões para novos estudos.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar os significados relacionados ao abuso sexual para profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos.
- Caracterizar a demanda e a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos.
- Relacionar os significados atribuídos ao abuso sexual com a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil.
- Evidenciar os fatores potencialmente de risco e de proteção do suporte oferecido pelo Sistema de Garantia de Direitos nas situações de abuso sexual infanto-juvenil.



### 3 MÉTODO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Coadunando-se com a Epistemologia da Complexidade proposta por Morin e com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, que possibilitou compreender a vivência dos(as) participantes a partir do sentido que é produzido por estes sobre a experiência investigada, considerando os aspectos sistêmicos que potencializam ou fragilizam essa experiência. Segundo Turato (2005), o pesquisador qualitativista pretende conhecer a fundo as vivências pessoais, individuais ou coletivas, e que representações as pessoas apresentam dessas experiências de vida, com a finalidade de entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta.

A epistemologia da abordagem qualitativa vai ao encontro do eixo epistemológico deste trabalho, sendo a mesma apoiada em três princípios básicos, conforme Gonzalez-Rey (2011). Como primeiro princípio tem-se o conhecimento é uma produção construtivo-interpretativa, ou seja, o pesquisador participa ativamente da produção do conhecimento, dando sentido às expressões do sujeito estudado, por meio dos diversos indicadores obtidos na pesquisa. O segundo princípio considera que o processo de produção do conhecimento tem caráter interativo, assim, a relação entre pesquisador-pesquisado é uma condição determinante para o desenvolvimento da pesquisa, visto que o conhecimento emerge das relações, dos vínculos e da comunicação entre pesquisador-pesquisado. O terceiro princípio diz respeito à singularidade como condição legítima na produção de conhecimento, entendendo que o conhecimento é concebido como uma forma de expressão singular da relação das pessoas com o mundo através da linguagem, a qual é produto do contexto sociocultural (González-Rey, 2011).

Dessa forma, o pesquisador intervém na realidade que quer pesquisar, tornando-se participante do contexto de pesquisa, visto que a constituição do conhecimento acontece pelas experiências do observador, nas relações interindividuais e por meio dos significados linguísticos dessas experiências (Morin, 2011; Vasconcellos, 2013). Os procedimentos metodológicos possibilitam um espaço de comunicação entre os atores da pesquisa, o qual permite ao pesquisador observar e atuar a partir das relações entre os vários aspectos que compõem e influenciam o fenômeno estudado. Sendo assim, ao se propor

compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, considerou-se o processo de pesquisa como uma construção conjunta e intersubjetiva entre a pesquisadora e os(as) profissionais, tendo em vista a atuação profissional em situações de violência sexual como um fenômeno multideterminado, complexo e inserido em um contexto.

A presente pesquisa, de acordo com seu propósito, também configurou-se um estudo exploratório e descritivo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006). Exploratório na medida em que buscou aumentar a familiarização com uma temática pouco referida na literatura especializada, examinando os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil. Descritivo uma vez que almejou descrever as duas temáticas centrais do estudo visando e identificar a relação entre elas. O delineamento foi de corte transversal, por analisar um momento específico da trajetória da vida dos participantes (Breakwell, 2010).

### 3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida com profissionais que atuam no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, no contexto da rede de Serviços do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de um município da Região Sul do Brasil. O Sistema de Garantia de Direitos, conforme descrito se refere à rede de serviços destinados à prevenção e intervenção de violações de direitos, incluindo o abuso sexual infanto-juvenil. Os serviços que compõem a SGD atuam em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente e com a Constituição Federal de 1988, bem como seguem diretrizes federais de atuação, respeitando as especificidades do contexto de cada município (Brasil, 2006). Desse modo, apesar de seguir diretrizes pré-determinadas, o SGD de cada município é composto de maneira específica, de acordo com os serviços disponíveis, as necessidades e peculiaridades de cada município.

O mapeamento do SGD, da cidade na qual foi realizado esse estudo, aconteceu por meio do Protocolo de atenção às pessoas em situação de violência sexual do município. O referido protocolo foi desenvolvido com base na Norma Técnica intitulada “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes” do Ministério da Saúde (Brasil, 2012a). Tem como principais objetivos: criar um instrumento de comunicação

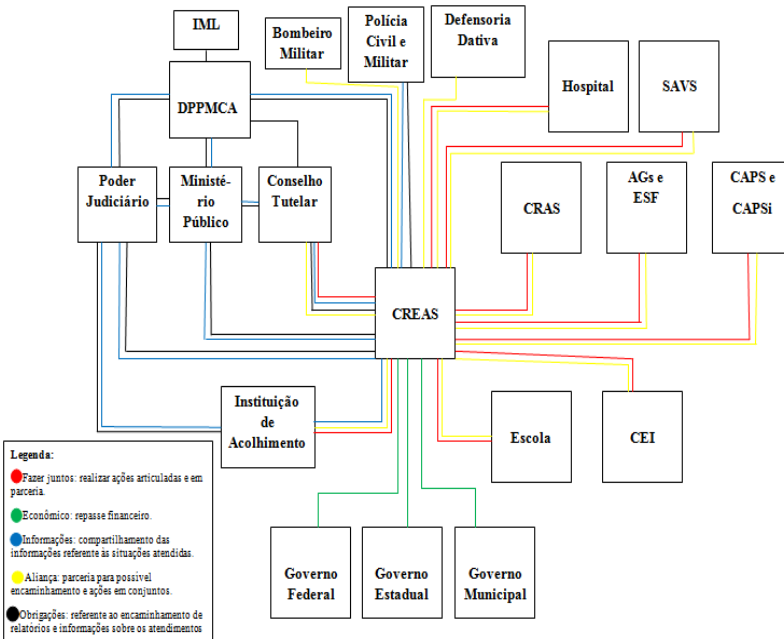


interinstitucional na garantia da segurança e atenção integral às pessoas em situação de violência sexual, estabelecer e organizar o atendimento a essas pessoas e otimizar as ações das instituições envolvidas, com vistas que a pessoa em situação de violência seja atendida em ambiente propício, por profissionais capacitados e sensibilizados, de modo a assegurar uma eficiente intervenção tanto no âmbito legal como no âmbito da saúde.

O protocolo é um instrumento público, entretanto, no referido município ele ainda não está disponibilizado publicamente. O acesso a ele ocorreu por meio de um profissional que atua no SGD da cidade na qual foi realizada a pesquisa. O profissional informou que o protocolo está em fase de reformulação, sendo disponibilizada uma versão que ainda não está finalizada. Para organizar os dados do protocolo e mapear a rede de Serviços foi utilizada a abordagem de redes sociais proposta por Sanicola (2008). De acordo com essa autora, os Serviços da rede de SGD são classificados como redes secundárias formais por se constituírem pelo conjunto de instituições estatais que compõem o sistema de bem-estar social da população, os quais se estabelecem por uma lei ou norma, nacional ou regional (Sanicola, 2008). Para identificar os Serviços e Instituições vinculadas a uma rede secundária, Sanicola (2008) propõe o instrumento Carta de Rede Secundária, desenvolvido com base no Mapa de Rousseau, que tem como objetivo determinar as relações recíprocas entre as redes e evidenciar a relação entre os diversos tipos de redes presentes.

Diante disso, a seguir apresenta-se a Carta de rede secundária do Sistema de Garantia de Direitos da cidade na qual foi realizada a presente pesquisa. Ressalta-se que, visando atingir os objetivos desse estudo, foram representadas apenas as redes secundárias formais, excluindo ONGs, Cooperativas, Associações, entre outros. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi escolhido como Serviço central do mapa, visto ser responsável por prestar atendimento aos casos com suspeita ou confirmação de abuso sexual infante-juvenil no Brasil. Cabe salientar que os(as) profissionais que compõem essa rede são: enfermeiros, médicos, conselheiros tutelares, delegados de Polícia, escrivão de Polícia, agentes de Polícia, perito criminal, professores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais, promotores, juízes, advogados, agentes de saúde, e técnicos de enfermagem.

Figura 2 - Carta de rede secundária: Sistema de Garantia de Direitos.  
 Fonte: elaboração da autora.



### 3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participaram da pesquisa 12 profissionais que atuam em situações de abuso sexual infanto-juvenil, no contexto da rede de Serviços do Sistema de Garantia de Direitos, da cidade na qual foi realizado este estudo. O número de participantes foi definido mediante o critério de saturação teórica dos dados, considerando as evidências no campo metodológico da abordagem qualitativa, as quais apontam que a partir da décima segunda entrevista há repetição dos dados trazidos pelos participantes, não acrescentando informações que possibilitam a criação de novas categorias de análise (Guest, Bunce, & Johnson, 2006).

Os Serviços pertencentes ao SGD, identificados a partir da carta de rede secundária, selecionados para escolha de profissional foram: CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, DPPMCA, Defensoria Dativa, SAVS, CRAS, AG, CAPSi e um profissional da área da Educação. Vale ressaltar que se optou por

selecionar duas profissionais do CREAS, uma psicóloga e uma assistente social, uma vez que esse Serviço tem importância singular no acompanhamento de famílias em situação de abuso sexual infanto-juvenil e por realizar prioritariamente o atendimento psicossocial, através dos referidos profissionais (Brasil, 2013).

A escolha dos serviços baseou-se nas características dos relatos de caso de suspeita de abuso sexual apresentados aos(às) participantes neste estudo, os quais se referiam a situações de suspeita de abuso sexual crônicos, envolvendo criança e adolescente, e que tinham vínculo familiar estabelecido. Assim, foram excluídos os órgãos com função apenas econômica (Governo Federal, Estadual e Municipal), as Instituições responsáveis pelo atendimento de situações agudas e ocorrências em flagrante (Polícia Militar e Bombeiro Militar) e o Serviço destinado ao atendimento de situações em que ocorreu o rompimento do vínculo familiar (Instituição de Acolhimento).

Cabe mencionar que foi selecionada uma profissional do Hospital, por esse Serviço fazer parte da rede do SGD e atender situações de abuso sexual infanto-juvenil, no entanto, em contato telefônico com a profissional foi solicitado o aceite da Instituição para que ela pudesse participar da pesquisa. A pesquisadora entrou em contato com a Instituição, a qual denotou ser necessária aprovação do comitê de ética do Hospital. Decorrido algumas semanas foram solicitados alguns documentos para avaliação (Projeto e confirmação da aprovação do Comitê de Ética ao qual a pesquisa foi submetida), estes foram enviados, porém a Instituição não enviou resposta em tempo hábil destinado para a realização da coleta de dados. Optou-se pela exclusão da participação dessa profissional, considerando que a coleta de dados já havia atingido o número de 12 participantes e tal medida não traria prejuízos à pesquisa.

A escolha dos(as) participantes da pesquisa ocorreu de forma intencional, de acordo com as características da pesquisa (Sampieri, Collado & Lucio, 2006). Os critérios de inclusão foram:

- a) ser profissional que atua em situação de abuso sexual infanto-juvenil;
- b) estar vinculado a um dos Serviços selecionados do Sistema de Garantia de Direitos da cidade na qual foi realizado este estudo;
- c) ter experiência profissional superior a um ano na rede de serviços do SGD com situações de abuso sexual infanto-juvenil. Entende-se que o tempo de experiência é um fator importante, na medida em que permite ao(à) profissional conhecer os Serviços e o fluxo de funcionamento da rede na qual atua, bem como

visualizar de forma mais clara a dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil e a construção de sua experiência em torno dessa demanda.

### 3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica da entrevista semiestruturada, que possibilitou a identificação dos significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos participantes desta pesquisa frente a tal demanda. A entrevista semiestruturada permite o crescente movimento de aprofundamento dos aspectos do tema da pesquisa, auxiliando na imersão dos significados que os sujeitos atribuem às suas ações e relações, uma vez que as questões são introduzidas pelo pesquisador de maneira a possibilitar ao entrevistado verbalizar livremente sobre seu modo de pensar e agir frente ao tema da pesquisa (Biasoli-Alves, 1998, Minayo, 2010). Deste modo, a entrevista é uma proposta de diálogo entre pesquisador e participante, por meio da qual o pesquisador realiza indagações diante da temática norteadora, tendo as narrativas dos participantes como referência principal, na busca da compreensão do que o participante está narrando, indo ao encontro do objetivo central da investigação (Moré, 2015).

A entrevista semiestruturada ocorreu por meio de um de roteiro de perguntas (Apêndice A) elaborado a partir da revisão da literatura, visando atingir os objetivos desse estudo. As perguntas compostas no roteiro de entrevista, com o objetivo de compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil, contemplaram os seguintes temas centrais:

- 1)Dados biossociodemográficos: perguntas elaboradas com a finalidade de identificar dados relativos ao sexo, idade, estado civil, número de filhos, crença religiosa, profissão, formação, tempo de formação, motivo de escolha do trabalho com esse tema, tempo de atuação em situação de abuso sexual contra crianças e adolescentes.
- 2)Experiência profissional: dados relacionados ao ambiente de trabalho do(a) profissional, como vínculo institucional; local de atuação profissional; carga horária de trabalho; demandas de trabalho e o contato do(a) profissional com a temática do abuso sexual infanto-juvenil.
- 3)Repercussões do trabalho com o abuso sexual infanto-juvenil para os(as) participantes: questões referentes às possíveis

consequências do trabalho com essa temática; dificuldades e desafios no trabalho frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil e estratégias de cuidado profissional.

4)Compreensão do abuso sexual contra crianças e adolescentes em sua concepção geral: questões que abordavam o conhecimento e percepções dos(as) profissionais em relação ao conceito e dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil, bem como sobre a atuação profissional frente a famílias em situação de violência sexual.

5)Percepção sobre os diferentes estereótipos e mitos vinculados ao abuso sexual infanto-juvenil: perguntas referentes ao modo como os(as) participantes caracterizavam os envolvidos na dinâmica do abuso sexual, incluindo a criança ou adolescente que vivencia a violência, o autor da violência, o cuidador não abusivo e a família como um todo.

No presente estudo, a tomada de decisão referiu-se às decisões do(a) profissional, frente às diversas possibilidades de escolha, que estão relacionadas à decisão sobre a veracidade da situação e as ações dos(as) profissionais vinculadas às intervenções e encaminhamentos realizados com todos os envolvidos na situação de violência. Para caracterizar a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil, na entrevista semiestruturada, foram apresentados dois relatos de casos hipotéticos de suspeita de violência sexual infanto-juvenil, e os(as) participantes do estudo foram convidados (as) a responder questões relacionadas à tomada de decisão deles frente à situação apresentada.

Os casos, descritos no Quadro 1, foram desenvolvidos pela pesquisadora, com base na literatura e em casos reais a partir da sua prática profissional. As situações apresentadas nos casos abordaram características, estereótipos e mitos relacionados ao abuso sexual infanto-juvenil, os quais foram descritos nos trabalhos de Brito, Zanetta, Mendonça, Barison e Andrade (2005), Deslandes (1994), Flores e Caminha (1994), Finnilä-Tuohimaa et al. (2005; 2009), Habigzang e Koller (2011), Klettke, Graesser e Powel (2010), Piatti, Silvino, Miura e Caldas (2010), Pozzulo, Dempsey, Maeder e Allen (2010), Sanderson (2005) e Santos e Dell’Aglia (2008).

Quadro 1 - Descrição dos relatos de casos hipotéticos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil apresentados aos participantes.

**Relato de caso 1**

Maria relata que suspeita que sua filha Eduarda de 5 anos tenha sofrido abuso sexual na casa do pai. Afirma que ela e Edson, genitor de Eduarda, são separados e que há alguns meses a menina tem retornado estranha das visitas ao pai, mais agressiva e chorando com frequência. No último final de semana, relata que Eduarda foi visitar o pai e chegou chorando em casa. Quando foi dar banho na filha disse que a menina reclamou de dor na “pepeca”, onde viu que esta estava vermelha. Maria diz que ficou apavorada e ao questionar se o pai havia mexido em sua “pepeca”, a menina respondeu que brincou com o pai de cavalinho. Maria diz estar apavorada com a situação e não querer mais permitir as visitas do genitor a Eduarda. Maria e Edson estão separados há cerca de dois anos e apresentam brigas frequentes entre si. Atualmente, Eduarda reside com a mãe e o padrasto, Raul, e visita o pai quinzenalmente. O pai de Eduarda, Edson, relata que não tem envolvimento com essa situação, e diz ter sido acusado por Raul, atual companheiro de Maria. Edson alega que, em conversa informal, Raul sugeriu que Edson esquecesse todo o assunto e colocasse um ponto final. Edson diz que irá até o final para descobrir se aconteceu algo com sua filha.

**Relato de caso 2**

Marisa relata que na data de ontem foi chamada pela escola em que sua filha Laura de 14 anos estuda, sendo informada pela coordenadora que Laura havia sido abusada sexualmente pelo seu tio paterno, João. Segundo Marisa, a escola informou que Laura relatou a sua professora que João abusava dela, a beijando à força,

passava a mão em seu corpo, obrigou ela a tocar nele e fez sexo oral nela. A professora, para quem Laura relatou a situação, afirmou que os abusos acontecem há cerca de três anos e que Laura não contou antes porque João a ameaçava. Laura informou à professora que a situação ocorria em sua casa na parte da manhã, quando a mãe estava trabalhando. Marisa relata que João além de tio é vizinho da família. Afirma que tem uma relação próxima com a família de João, que é considerada uma família tranquila e religiosa. João é casado, possui dois filhos e trabalha em uma empresa no terceiro turno. Marisa diz que nunca desconfiou de João, pois sempre se demonstrou atencioso com Laura e lhe dava presentes. Marisa verbaliza que ao conversar com sua filha, Laura chorou e apenas confirmou o relato da professora. Mãe e filha demonstram-se emotivas com a situação. Marisa apresenta surpresa e sentimentos de culpa pelo ocorrido. Afirma que não sabe qual será a reação de seu companheiro, pai de Laura que, até então não sabe do ocorrido. Laura se mantém a maior parte do tempo em silêncio respondendo apenas o que lhe é questionado.

Optou-se pela construção de um relato relacionado à criança e outro a adolescente, visto que as pesquisas apontam que a tomada de decisão se difere de acordo com a idade da pessoa que vivenciou a violência (Buck, London, & Wrighta, 2011; Cooper, Quas, & Cleveland, 2014; Tabak & Klettke, 2014). Outro fator que se difere entre os dois casos é a presença de evidências relacionadas à ocorrência do abuso sexual, que é um fator também apontado como influência da tomada de decisão (Pelisoli & Dell’Aglia, 2014; Molinaro & Malloy, 2016; Tabak & Klettke, 2014). Assim, o caso relacionado à adolescente apresentou fortes evidências de ocorrência de abuso sexual, enquanto no caso envolvendo a criança se verificou maior ambiguidade dos dados. Os casos apresentaram aspectos vinculados à dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil, dados ambíguos, foram baseados em encaminhamentos

reais e não apresentam uma resposta “correta” previamente determinada, referente à forma de atuação.

Importante ressaltar que os casos tiveram seu conteúdo semântico avaliado por três juízes(as), profissionais com experiência e conhecimento na área do abuso sexual contra crianças e adolescente. A construção dos casos foi realizada em três etapas: 1) elaboração dos relatos dos casos com base em encaminhamentos reais de situações de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil; 2) um grupo de quatro juízes(as), profissionais com experiência e conhecimento na área do abuso sexual infanto-juvenil, verificou a adequação dos casos com a realidade e a compreensão dos mesmos, sugerindo alterações; 3) duas pesquisadoras da temática da violência identificaram e aprovaram as alterações realizadas. Destaca-se que todos os participantes denotaram que ambos os casos se assemelhavam aos que eles atendiam em seu trabalho, o que indicou forte relação entre os casos apresentados e o contexto real dos participantes da pesquisa.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Neste trabalho, conforme já mencionado, a dimensão contextual, que se refere aos diferentes contextos que são transversais à entrevista, é uma condição inerente ao fazer do pesquisador qualitativo (Moré, 2015). Pode-se afirmar, a partir da perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, que na entrevista qualitativa convergem significados dos diferentes contextos do desenvolvimento humano, os quais de maneira direta ou indireta influenciam a construção dos significados dos participantes da investigação (Bronfenbrenner, 1994). Assim, torna-se necessário a imersão do pesquisador no campo de pesquisa, a qual se deu nesse trabalho pela leitura e estudo do Protocolo de atenção às pessoas em situação de violência sexual do município no qual foi realizada a pesquisa.

Além disso, a familiarização com o campo de pesquisa ocorreu através da experiência profissional da pesquisadora, que trabalha há pouco mais de seis anos em um CREAS de outro município, no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil. Entendeu-se que tal experiência possibilitou a pesquisadora o conhecimento da rede de serviços do SGD destinados ao atendimento de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como permitiu a aproximação razoável do contexto das narrativas dos participantes da pesquisa.



Por outro lado, o conhecimento prévio da pesquisadora sobre o contexto do abuso sexual infanto-juvenil, ao mesmo tempo em que favoreceu a imersão no campo da pesquisa, também poderia levar à impregnação de pré-concepções sobre esse contexto. Com o objetivo de evitar a imposição de uma estrutura prévia sobre o fenômeno (Olabuénaga, 2009), buscou-se, através do contato com o Protocolo e o campo de pesquisa, construir um movimento de estranhamento. Tal processo visou reconhecer a complexidade e a singularidade das narrativas, permitindo que os significados atribuídos pelos participantes emergissem independente da voz da pesquisadora (Strauss & Corbin, 2008).

O convite para participação na presente pesquisa foi realizado pela pesquisadora, com base nos critérios de inclusão mencionados no item 4.3 desse projeto. Este esclarecimento torna-se importante, pois, embora os(as) profissionais apresentassem vínculos de trabalho em diferentes instituições que acolhem demandas de abuso sexual infanto-juvenil, o que se buscou investigar é a experiência profissional e não a instituição. O acesso aos participantes ocorreu pelos círculos de relacionamento profissional da pesquisadora e dos próprios participantes que nos indicaram novos(as) participantes. Esta metodologia de seleção está fundamentada na técnica denominada “bola de neve” (snowball sampling), utilizada em pesquisas sociais, em que os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes e assim sucessivamente, até atingir o número total de participantes (Denzin & Lincoln, 1994; Olabuenaga & Ispizua, 1989).

Desse modo, a identificação do(a) primeiro(a) participante que atendia aos critérios de inclusão da pesquisa ocorreu pelo círculo de contato profissional da pesquisadora e o contato com este se realizou por meio telefônico. Foram explicados os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como esclarecidas as dúvidas do(a) participante. Diante do consentimento em participar, o(a) profissional foi incluído na pesquisa e agendada a data, horário e local para a entrevista, conforme escolha e disponibilidade do(a) participante. Para preservar o sigilo, a pesquisa foi realizada em local só com a presença da pesquisadora e do(a) participante. Ao término da entrevista, foi solicitado ao(à) participante indicar outro(a) profissional que atendesse aos critérios de inclusão da pesquisa. Os procedimentos descritos acima foram realizados com cada participante, até que se atingisse o número total da pesquisa.

A coleta de dados teve início em julho/2016 e término em outubro/2016, onze participantes optaram pela realização da entrevista

no local de trabalho em uma sala reservada, o que garantiu o sigilo. Uma participante optou pela realização da entrevista em seu consultório particular, local que se diferenciava do contexto de trabalho pelo qual ela fez parte da pesquisa. Dos contatos realizados para participar da pesquisa dez profissionais aceitaram o convite prontamente, um profissional aceitou, mas ao chegar para entrevistá-lo encaminhou para outra profissional de seu contexto de trabalho realizar a entrevista, a qual aceitou o convite. Em dois contatos foram exigidos o aceite da Instituição como condição prévia para participar da pesquisa, apesar de ser explicado que se buscava investigar a experiência profissional e não a instituição. A pesquisadora submeteu o projeto ao comitê de ética das duas Instituições, sendo que em uma delas ocorreu à aprovação e a pessoa foi incluída na pesquisa. Na outra situação, conforme já mencionado, não recebemos resposta da Instituição em tempo hábil, sendo que a possível participante não foi incluída na pesquisa.

Outro critério flexibilizado foi o modo de acesso aos participantes, visto que o defensor público foi mencionado por vários dos participantes como pertencente à rede de atendimento, porém seu nome não foi indicado. Assim, o contato com este ocorreu por meio da Defensoria Pública, que indicou o nome do profissional responsável pelo atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, o qual foi incluído como participante da pesquisa. Entende-se que tais alterações buscaram uma adequação do pesquisador à complexidade do campo (Olabuénaga, 2009; Strauss & Corbin, 2008), considerando que na pesquisa qualitativa o campo de pesquisa configura uma estrutura zigzagueante, alimentada por um movimento recursivo, que admite flexibilidade no planejamento para as alterações que se fizerem necessárias (Olabuénaga, 2009).

A pesquisadora realizou um treino prévio da aplicação da entrevista e sensibilização das perguntas do roteiro junto à outra pesquisadora conhecedora do objetivo de pesquisa. Essa etapa proporcionou um role playing da entrevista, possibilitando ao pesquisador a primeira sensibilização com relação ao roteiro de entrevista. O objetivo é que o pesquisador busque uma coerência entre a forma e o conteúdo das questões, identificando interferências entre as comunicações verbais e não verbais, o que evita a ambiguidade na mensagem que se deseja transmitir aos(as) participantes da pesquisa (Moré, 2015).

Antes da entrevista, realizou-se um estudo de sensibilização das perguntas norteadoras do roteiro de entrevista, através da aplicação com um(a) profissional que atua em situação de abuso sexual infanto-juvenil

e que fazia parte da população da pesquisa. Tal procedimento teve o objetivo de avaliar a sensibilidade das perguntas com relação aos objetivos propostos no presente estudo. Percebeu-se que o instrumento estava adequado e não houve alterações no conteúdo das perguntas. Dessa forma, optou-se por incluir esta primeira entrevista ao estudo.

O contato inicial com os possíveis participantes da pesquisa ocorreu por meio telefônico, no qual a pesquisadora se apresentava, explicava aos(as) profissionais o objetivo da pesquisa e os(as) convidava a participar do estudo. Mediante aceite, era agendado data, horário e local, conforme escolha e disponibilidade do(a) participante. A aplicação da entrevista seguiu um roteiro brevemente elaborado e levou em consideração as indicações de Olabuénaga (2009), Breakwell (2010), Minayo (2010) e Moré (2015), sobre condução de entrevistas, considerando a entrevista como um espaço relacional entre pesquisadora e participante com o objetivo de provocar a narrativa e controlar o fluxo do diálogo em torno do objetivo da pesquisa. Para tanto, na aplicação da entrevista buscou-se o protagonismo do participante através de uma postura acolhedora e motivadora e de respeito ao tempo do participante, relacionado ao silêncio e a forma desse expressar suas vivências (Moré, 2015). Além disso, para manter o foco no objetivo do estudo a pesquisadora interferiu quando se observou a dispersão ao tema, as perguntas foram apresentadas de maneira clara e as dúvidas dos participantes foram esclarecidas (Moré, 2015). Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento dos(as) participantes e transcritas de forma literal posteriormente. O processo de coleta de dados teve duração de 12 horas e 56 minutos de gravação, sendo o tempo mínimo 40min e máximo 1h57min para cada abordagem.

### 3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O abuso sexual infanto-juvenil é um tema sensível e de difícil investigação, em virtude da complexidade de fatores que o circunda, incluindo segredos e relações de poder (Lordello & Costa, 2013), por ser um tema ainda recente no serviço público e envolver tabus importantes da sociedade (Neves, Castro, Hayeck, & Cury, 2010). Nesse contexto, os cuidados éticos da pesquisa são de extrema relevância para que o participante se sinta acolhido e seguro, a fim de expor suas vivências em torno da temática do abuso sexual infanto-juvenil.

Os estudos apontam que as pesquisas envolvendo a temática da violência devem ser conduzidas com total respeito aos aspectos éticos e proteção aos participantes da pesquisa, com vistas à melhoria da

qualidade dos dados obtidos (Rafael & Moura, 2013; Jewkes, Dartnall, & Sikweyiya, 2012; WHO, 2003; 2007). Entre as recomendações está à importância da pesquisa envolvendo a violência sexual ter equilíbrio entre a relevância social do estudo e seus desdobramentos para os sujeitos da pesquisa, proporcionando maiores benefícios aos participantes e a comunidade do que riscos (WHO, 2007). A segurança e garantia da privacidade do participante é primordial e deve guiar todas as decisões envolvidas no projeto da pesquisa, bem como ser continuamente monitorada (WHO, 2003; 2007). Assim, a garantia da privacidade por meio de ambientes livres de ruídos externos é uma estratégia imperativa nesse tipo de pesquisa, com o objetivo de permitir uma fala mais aberta e honesta dos participantes e auxiliar a proteger o anonimato e a segurança dos entrevistados (Rafael & Moura, 2013). Além disso, a participação no estudo é voluntária, sendo que o participante deve aceitar fazer parte da pesquisa antes do início da coleta de dados (WHO, 2007). Durante o curso da entrevista o pesquisador deve introduzir qualquer tópico relacionado ao tema da violência cuidadosamente, esclarecendo as dúvidas dos participantes e lhes dando a possibilidade de não responder a pergunta ou de parar a entrevista em qualquer momento (WHO, 2003).

Todos os membros da pesquisa devem ser cuidadosamente selecionados e receber treinamento adequado para a condução das entrevistas (WHO, 2007). Os estudos devem incluir ações com o objetivo de reduzir qualquer dano causado aos participantes durante a pesquisa (WHO, 2003). Assim, o pesquisador deve estar disposto a oferecer apoio e suporte ao participante caso necessário (WHO, 2007), sendo que medidas protetivas que atentem para estas circunstâncias precisam estar claramente descritas no protocolo de pesquisa (WHO, 2003). Entre essas medidas estão o encaminhamento para serviços de acompanhamento na rede pública ou a criação de mecanismos de suporte em curto prazo, quando não existem serviços disponíveis (WHO, 2003). O pesquisador deve ter o compromisso ético e assegurar que seus resultados sejam devidamente interpretados e utilizados para a formulação de políticas de intervenção e redução do problema (WHO, 2003).

A presente pesquisa levou em consideração tais recomendações, visando à construção de vínculos apropriados na relação pesquisadora e participante, ampliando as condições de melhor revelação das vivências do profissional. Para tanto, após o projeto dessa pesquisa ter sido aprovado pela banca examinadora do processo de qualificação da Universidade Federal de Santa Catarina, em dezembro/2015, este foi

submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme previsto na resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012b), e aprovado sob o parecer consubstanciado número 1.564.136. Com tal autorização legitimada, realizou-se o contato inicial com os possíveis participantes da pesquisa.

No momento inicial da entrevista foi apresentado aos(as) participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), sendo informado sobre a participação voluntária, os riscos que poderiam haver e a garantia de anonimato, sigilo e privacidade, como o uso de nomes fictícios, a fim de preservar a identidade. Os(as) participantes também foram informados(as) sobre a possibilidade de desistência em qualquer fase da pesquisa e da divulgação dos resultados. Após concordância integral do Termo, este foi assinado por ambos em duas vias, uma para a pesquisadora e outra permaneceu com o(a) participante, no qual constava além das informações supracitadas o contato telefônico da pesquisadora, salientando que poderiam entrar em contato no sentido de dirimir quaisquer dúvidas que pudesse surgir após a realização da entrevista.

Conforme Rafael e Moura (2013), a exposição clara dos objetivos e possíveis contribuições da pesquisa, do anonimato e da liberdade de participação no estudo auxiliam no empoderamento dos indivíduos com informações que mediarão à decisão de participar da pesquisa. Desse modo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido teve o objetivo de reforçar o compromisso ético da pesquisa e favorecer a formação de vínculo entre o pesquisador e o participante. Estabeleceu-se o compromisso de devolução de um resumo dos dados da investigação aos(às) participantes, os quais demonstraram interesse em receber o retorno da pesquisa. Para garantia do sigilo os nomes dos(as) profissionais foram trocados utilizando a letra P seguida do número estabelecido pela ordem de entrevista (P1, P2, P3 e assim sucessivamente).

Os procedimentos propostos poderiam produzir riscos aos(às) participantes, por abordarem questões relacionadas às suas vivências, algumas questões poderiam suscitar lembranças desagradáveis e mobilização emocional aos (às) integrantes da pesquisa. Assim, para resguardar os(as) participantes, estes foram esclarecidos dos riscos, bem como antes da finalização das entrevistas, a pesquisadora abordou os(as) entrevistados, buscando saber sobre as repercussões da entrevista. Caso, em algum momento da entrevista, o(a) participante se sentisse desconfortável, a pesquisadora ofereceria ao(à) participante apoio e

suporte e, se fosse necessário, procederia ao encaminhamento para serviços especializados quando houver comum acordo com o(a) participante. Em nenhuma das situações de entrevistas houve demanda para isso.

Cabe ressaltar que os(as) profissionais foram tratados com respeito e empatia, buscando seu protagonismo através de uma postura acolhedora e motivadora. Foi proporcionado um ambiente seguro para a coleta dos dados com a garantia do sigilo das informações, sendo que todo o processo foi explicado antes da sua execução e somente aconteceu com a participação voluntária dos(as) participantes. Esses procedimentos geraram maior confiança dos participantes na pesquisa, o que ampliou as condições de diálogo entre os profissionais e a pesquisadora e contribuiu para melhor revelação das vivências do profissional.

### 3.7 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para organização e análise dos dados foram realizados procedimentos com base na “Grounded Theory” (Teoria Fundamentada Empiricamente) de Strauss e Corbin (2008), que permite comparar, sistematizar e categorizar os dados provenientes de diferentes instrumentos (entrevistas, documentos, observações). Pretendeu-se integrar os dados, de maneira a emergir uma teoria correspondente aos processos envolvidos no fenômeno estudado (Strauss & Corbin, 2008), considerando a lógica interna dos(as) participantes (Minayo, 2012). A análise dos dados seguiu os seguintes passos:

- 1)Microanálise: as entrevistas foram transcritas na íntegra e realizou-se leituras sucessivas do material textual, com o objetivo de familiarização dos dados e compreensão dos significados das narrativas apresentadas pelos(as) participantes da pesquisa;
- 2)Codificação aberta: ocorreu a separação dos dados em categorias e subcategorias, identificando entre os dados os aspectos comuns ou semelhantes, e as características diferenciais.
- 3)Codificação axial: os elementos identificados na codificação aberta foram reagrupados, a fim de possibilitar a relação das categorias com as subcategorias de análise de acordo com suas especificidades.
- 4)Codificação seletiva: realizou-se a integração e refinamento dos dados com base nos itens identificados, permitindo relacionar as subcategorias e elementos de análise que contribuíram para a sustentação das categorias principais.

5)A partir da realização da análise descrita, as categorias foram nomeadas conforme seus pontos centrais e com o auxílio da literatura referente ao abuso sexual infanto-juvenil. Uma vez nomeadas às categorias principais, foi realizada a interpretação dos resultados dessa análise, buscando compreender os significados relacionados ao abuso sexual e à tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil.

6)Os resultados dos dados referentes à tomada de decisão de cada participante foram analisados com base na atribuição de cada profissional, conforme descrito no Protocolo de atenção às pessoas em situação de violência sexual do município no qual foi realizada a pesquisa.

Tal processo procedeu-se com o auxílio do software de análise de dados qualitativos Atlas/ti 5.0, o qual contribui para a organização e estruturação de grande quantidade de textos, gráficos, e dados de áudio ou vídeo. O referido software, igualmente, auxilia na construção de categorias de análise, estabelecendo relações e conexões entre os dados (Muhr, 2004).

Coerente aos pressupostos da metodologia qualitativa, os resultados apresentados buscaram a organização de esquemas explanatórios teóricos, articulando conceitos e relações entre eles, de acordo com os protagonistas das narrativas (Strauss & Corbin, 2008). Dessa forma, as categorias foram organizadas de modo a evidenciar os aspectos similares e as particularidades advindas do conjunto das narrativas dos(as) profissionais, possibilitando responder os objetivos propostos da pesquisa e contribuindo para a compreensão do fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil em sua complexidade.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo contempla os principais resultados deste estudo, que constituem a base de sustentação para a análise e discussão dos dados. O capítulo divide-se em duas partes, a primeira aborda a caracterização sociodemográfica dos(as) profissionais, com o objetivo de auxiliar na contextualização dos dados da pesquisa. A segunda parte refere-se às dimensões e categorias de análise que emergiram das narrativas dos(as) participantes durante a entrevista semiestruturada e apresentação dos relatos de caso, por meio da análise em profundidade e organização dos dados em torno do objetivo principal do estudo.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS(AS) PARTICIPANTES DA PESQUISA

A caracterização dos(as) participantes da pesquisa é composta pelos dados advindos do questionário aplicado na primeira parte da entrevista, referentes aos dados sociodemográficos dos(as) participantes e ao contexto de trabalho dos(as) profissionais, conforme apresentado no Quadro 2. Os(as) doze participantes tinham idade entre 29 e 64 anos ( $M= 42,4$ ), sendo a maioria do sexo feminino ( $n=9$ ). No que se refere à situação conjugal, sete dos(as) entrevistados(as) eram casados(as), três solteiros(as) e dois divorciados(as); desses, sete tinham um ou dois filhos. No tocante à crença religiosa, quatro se declararam espíritas, três católicas, uma evangélica, uma católica e espírita e três profissionais afirmaram não ter religião.

Com relação à escolaridade, apesar de duas funções não exigirem nível superior, todos(as) profissionais participantes possuem curso superior e a maioria têm cursos de pós-graduação ( $n=9$  especialização e  $n=1$  mestrado). Os(as) participantes pertencem a diferentes categorias profissionais (agente de Polícia, assistente social, conselheiro tutelar, defensor público, enfermeiro, professor, promotor, juiz e psicólogo) e atuam nas áreas jurídica ( $n=4$ ), saúde ( $n=3$ ), assistência social ( $n=3$ ), educação ( $n=1$ ) e Conselho Tutelar ( $n=1$ ). Todos(as) entrevistados(as) possuem algum vínculo empregatício com as instituições em que atuam, sendo que dez são estatutários(as) (aprovado por meio de concurso público), garantindo a estabilidade no exercício da função. A carga horária de trabalho semanal variou entre 20 a 50hrs ( $M= 35$ hrs), com predomínio de 40hrs semanais ( $n= 7$ ).

Especificamente com situações de abuso sexual infanto-juvenil, os(as) profissionais indicaram ter de 1 ano e meio a 32 anos de



experiência (M= 10,2; DP= 8,9). Vale mencionar que a atuação desses(as) profissionais não se limita a situações de abuso sexual infanto-juvenil, sendo que todos definiram sua demanda de trabalho como diversificada e complexa, atendo outras situações envolvendo crianças e adolescentes, bem como demandas que não eram específicas a área da infância e juventude. Os(as) profissionais, em sua maioria, denotaram atuarem com situações de abuso sexual infanto-juvenil por meio de colocação do concurso ou convite dos gestores (n=9). Apenas dois afirmaram ter escolhido trabalhar na área e um participante percebe sua atuação com situações de abuso sexual como consequência da escolha de trabalhar na área criminal.

O contato com a temática do abuso sexual ocorreu pela própria atuação profissional (n=9), durante a graduação (n=2) ou pela realização de estágio (n=1). Assim, os profissionais ressaltam que não tiveram contato com o tema da violência sexual em seus cursos de graduação ou que o tema foi abordado de maneira superficial e com poucas reflexões. Nesse contexto, os(as) profissionais, em sua maioria, expressaram desconhecimento da quantidade de casos existentes de abuso sexual infanto-juvenil antes do exercício profissional, bem como alguns profissionais não conheciam o modo de atuação de seu local de trabalho.

Diante da temática da presente pesquisa, quanto aos significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de decisão dos profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, a caracterização sociodemográfica dos(as) participantes possibilitou uma leitura abrangente e singularizada dos dados dos(as) profissionais, considerando a singularidade e heterogeneidade da história do(a) profissional e o contexto no qual esse(a) se desenvolve. Trata-se de aspectos que subsidiam as análises que seguem de forma a melhor integrarem os dados, enfatizando a prática profissional em situação de violência sexual como um fenômeno multideterminado e complexo.

Quadro 2 - Caracterização sociodemográfica dos(as) participantes.

Participante	Idade	Sexo	Estado Civil	Nº de Filhos (e idades)	Religião	Profissão	Escolaridade	Tempo De Atuação Profissional	Tempo de Atuação na função atual
1	32	M	Casado	1 (1 mês)	Não possui	Defensor Público	Especialização	Um ano e meio	Um ano e meio
2	60	F	Casada	2 (35 e 39 anos)	Evangelica	Pedagoga	Especialização	32 anos	32 anos
3	50	F	Casada	Não possui	Católica e Espirita	Psicóloga	Especialização	22 anos	10 anos
4	31	M	Casado	1 (6 anos)	Não possui	Promotor de Justiça	Especialização	8 anos	3 anos e 3 meses
5	29	F	Solteira	Não possui	Espirita	Enfermeira Coordenadora	Especialização	8 anos	5 anos
6	47	F	Divorciada	2 (10 e 7 anos)	Espirita	Juiza	Especialização	17 anos	17 anos
7	34	M	Casado	Não possui	Católica	Assistente Social-Coordenador	Superior	11 anos	7 anos
8	44	F	Solteira	Não possui	Espirita	Psicóloga	Especialização	5 anos e meio	3 anos
9	28	F	Casada	1 (4 anos)	Não possui	Conselheira Tutelar	Especialização	3 anos e meio	3 anos e meio
10	39	F	Solteira	Não possui	Espirita	Agente de Polícia	Superior	20 anos	18 anos
11	64	F	Divorciada	2 (37 e 43 anos)	Católica	Assistente Social	Especialização	20 anos	9 anos

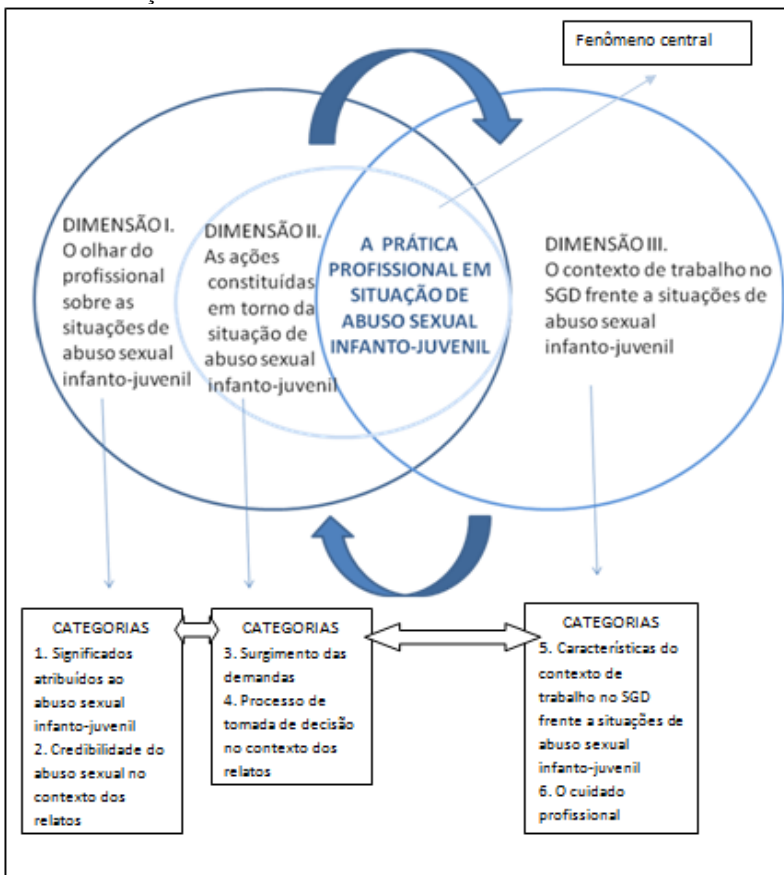
## 4.2 APRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES E QUADRO GERAL DE CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

A análise de dados, com base na “Grounded Theory” (Strauss & Corbin, 2008), permitiu conceituar e relacionar os dados advindos das narrativas dos participantes, considerando a literatura referente à temática e os aspectos comuns e singulares abordados acerca do fenômeno. Nesse contexto, emergiram três dimensões centrais, que se congregam em categorias e subcategorias, as quais se sustentam em elementos de análise e se influenciam mutuamente. A análise das dimensões visa especificar as categorias, de modo a identificar as diferenças entre elas e possibilitar o agrupamento de categorias que possuem características em comum, permitindo a identificação de padrões ao longo das variações dos dados (Strauss & Corbin, 2008). Coerente ao posicionamento epistemológico deste estudo, a leitura dos dados foi realizada de forma recursiva, sendo aperfeiçoada a partir de diferentes olhares em momentos distintos. Tal processo possibilitou a compreensão singular e ao mesmo tempo complexa da prática profissional em situação de abuso sexual infanto-juvenil.

A partir das codificações aberta, axial e seletiva, emergiram as dimensões “O olhar do profissional sobre as situações de abuso sexual infanto-juvenil”, “As ações constituídas em torno da situação de abuso sexual infanto-juvenil” e “O contexto de trabalho no SGD frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil”. A seguir, apresenta-se um diagrama esquematizado das referidas dimensões, proporcionando uma visão integrativa, assim como uma perspectiva vertical das categorias que, nucleadas, formaram as dimensões apresentadas.

Figura 3 - Diagrama das dimensões e categorias em torno do fenômeno “A prática profissional em situação de abuso sexual infanto-juvenil”

Fonte: elaboração da autora.



A prática profissional em situação de abuso sexual infanto-juvenil (fenômeno central desse estudo) pode ser compreendida por meio de um movimento recursivo de integração entre o olhar do profissional sobre a situação de abuso sexual (representada pela Dimensão 1), as ações constituídas em torno dessas situações (representada pela Dimensão 2) e o contexto de trabalho no qual o profissional atua (representado pela Dimensão 3). Essas dimensões estão agrupadas em categorias e subcategorias, as quais se sustentam em elementos de análise, permitindo uma análise sistêmica e complexa do fenômeno de estudo. Para melhor visualizar os resultados, segue também uma proposta de

leitura horizontal, por meio do Quadro 3, especificando as dimensões, respectivas categorias, subcategorias e elementos de análise, emergentes dos processos de codificações.

Quadro 3 - Apresentação das dimensões, categorias, subcategorias e elementos de análise.

<b>Dimensão I – O olhar do profissional sobre as situações de abuso sexual infanto-juvenil</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos de análise</b>
1. Significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil	1.1 Compreensão da situação de abuso sexual infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação de poder</li> <li>- Uso do outro para o prazer</li> <li>- Prática de qualquer ato libidinoso</li> <li>- Fora do contexto de idade</li> <li>- Intencionalidade</li> <li>- Trauma insuperável</li> </ul>
	1.2 Dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vínculo próximo com a criança ou adolescente</li> <li>- Ameaças</li> <li>- Dar presentes</li> <li>- Segredo</li> <li>- Culpa e retratação da violência</li> <li>- Intergeracionalidade da violência</li> </ul>
	1.3 Características da criança ou do adolescente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não reconhece a violência</li> <li>- Demonstra indícios/consequências da ocorrência da violência</li> <li>- Apresentam diferentes consequências da violência</li> <li>- Dificuldade em relatar a violência vivenciada</li> <li>- Diferenças entre crianças e adolescentes</li> </ul>

	<p style="text-align: center;">1.4 Características do autor da violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Se esconde atrás de uma imagem social</li> <li>- Nega a violência</li> <li>- Não possuem perfil definido</li> <li>- Ocorrência de doença ou transtorno mental</li> <li>- Vivenciou abuso sexual</li> <li>- Desejo sexual incontrolado</li> </ul>
	<p style="text-align: center;">1.5 Características do sistema familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentam dificuldade em acreditar na criança ou adolescente</li> <li>- Sentimentos de culpa e vergonha</li> <li>- Falta de comunicação clara entre os membros da família</li> <li>- Se isolam</li> <li>- Com desequilíbrio emocional, pouca instrução e carência financeira</li> <li>- As mães ficam amendrotadas e alteradas</li> <li>- Os pais querem resolver com as próprias mãos</li> </ul>
<p style="text-align: center;">2. Credibilidade do abuso sexual no contexto dos relatos</p>	<p style="text-align: center;">2.1 Reações dos profissionais frente ao relato de caso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Credibilidade</li> <li>- Possibilidade do abuso ter ocorrido</li> <li>- Impossibilidade de determinar a ocorrência do abuso</li> </ul>
	<p style="text-align: center;">2.2 Elementos preditores de credibilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relato detalhado da criança ou adolescente</li> <li>- Presença de evidências</li> <li>- A criança e adolescente não mente</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudança de comportamento da criança</li> </ul>
	2.3 Elementos preditores de incredibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito familiar</li> <li>- Alienação Parental</li> <li>- Abuso como ganho secundário</li> <li>- Falsas memórias</li> <li>- Pouca evidência</li> <li>- Pergunta indutiva para criança</li> <li>- Fraco relato da criança/adolescente.</li> </ul>
<b>Dimensão II– As ações constituídas em torno da situação de abuso sexual infanto-juvenil</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos de análise</b>
3. Inserção no serviço	3.1 Surgimento das demandas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demanda espontânea</li> <li>- Encaminhamento da rede</li> <li>- Contexto escolar</li> <li>- Demanda camuflada</li> </ul>
4. Processo de tomada de decisão no contexto dos relatos	4.1 Procedimentos para Garantia de Direito	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Notificação da violência</li> <li>- Registro de Boletim de Ocorrência e realização do exame de corpo delito</li> <li>- Solicitação de medidas protetivas</li> <li>- Identificação do encaminhamento na rede</li> <li>- Promoção de articulação com a</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>rede</li> <li>- Atendimento com a criança ou adolescente</li> <li>- Atendimento com a família</li> <li>- Escuta do autor da violência</li> </ul>
	4.2 Desenvolvendo ações de prevenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prevenção primária</li> <li>- Prevenção secundária</li> <li>- Prevenção terciária</li> </ul>
	4.3 Fatores norteadores da tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolo</li> <li>- Leis</li> <li>- Singularidade de cada situação</li> <li>- Provas do processo</li> <li>- Relato da criança/adolescente</li> <li>- Discussão em equipe</li> <li>- Aspectos subjetivos</li> <li>- Experiência profissional</li> </ul>
<b>Dimensão III– O contexto de trabalho no SGD frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Elementos de análise</b>
5. Características do contexto de trabalho no sistema de garantia de direitos frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil	5.1 Fatores de proteção da rede em nível profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação especializada</li> <li>- Compreensão ampliada da situação do abuso sexual</li> <li>- Tomada de decisão em equipe</li> <li>- Realização de atendimento com a família</li> <li>- Percepção de resultados no</li> </ul>



		acompanhamento - Tentativa de articulação da rede
	5.2 Fatores de proteção da rede em nível institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços especializados</li> <li>- Existência de Protocolo</li> <li>- Tentativa de articulação da rede</li> <li>- Reconhecimento de Leis e Normas de proteção</li> <li>- Realização de ações de prevenção</li> </ul>
	5.3 Fatores de risco da rede em nível profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de atendimento ao autor da violência</li> <li>- Dificuldades na efetivação do aborto decorrente de abuso</li> <li>- Presença de estereótipos de gênero</li> <li>- Consequências do trabalho com a temática</li> <li>- Revitimização</li> </ul>
	5.4 Fatores de risco da rede em nível institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede precarizada</li> <li>- Demora em a família receber atendimento</li> <li>- Morosidade nos inquéritos e processos judiciais</li> <li>- Modo de ocorrência das Audiências judiciais</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impunidade do autor da violência</li> <li>- Dificuldades de articulação da rede</li> <li>- Alta rotatividade dos profissionais</li> <li>- Inexistência de programas voltados à atenção da saúde do trabalhador</li> <li>- Falta de educação permanente aos profissionais</li> <li>- Poucas ações de prevenção</li> </ul>
	<p style="text-align: center;">5.3 Desafios na prática cotidiana</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não revitimizar a criança e o adolescente</li> <li>- Imparcialidade/Neutralidade nos atendimentos das situações</li> <li>- Punição do autor da violência</li> <li>- Aproximação entre as políticas</li> <li>- Romper com o ciclo de violência</li> <li>- Lidar com as ressonâncias da temática</li> </ul>
<p style="text-align: center;">6. O cuidado profissional</p>	<p style="text-align: center;">6.1 Consequências do trabalho com a temática do abuso sexual infanto-juvenil</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desgaste e esgotamento profissional</li> <li>- Contaminação temática</li> <li>- Traumatização vicária</li> <li>- Traumatização das</li> </ul>

		equipes
	6.2 Estratégias de cuidado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na perspectiva individual</li> <li>- O cuidado das equipes de trabalho</li> <li>- Em nível da rede de serviços</li> </ul>

A Dimensão 1 “O olhar do profissional sobre as situações de abuso sexual infanto-juvenil” congrega categorias que abordam o entendimento dos profissionais sobre a situação de abuso sexual atendida, referente ao modo como ele(a) irá significar e interpretar essa violência, construindo significados em torno dessa situação, nos quais conversem sua dimensão histórica, individual e social. Abordam, assim, a forma de compreensão dos profissionais em relação ao fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil e os elementos vinculados à credibilidade dos(as) profissionais quanto à ocorrência do abuso sexual nos casos relatados, representados pelas Categorias 1 e 2 respectivamente.

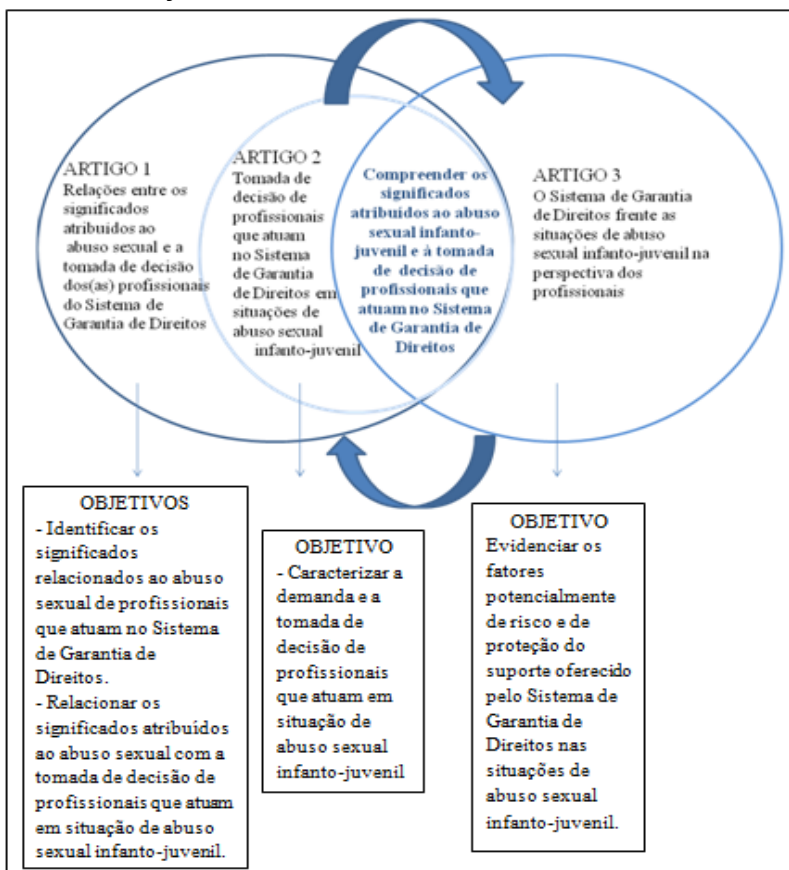
A Dimensão 2 “As ações constituídas em torno da situação de abuso sexual infanto-juvenil” alude às práticas de intervenção dos profissionais diante das situações atendidas, as quais estão relacionadas aos cuidados e a assistência aos envolvidos na situação de abuso sexual. Para tanto, contempla o modo como as situações de abuso sexual infanto-juvenil chegam aos serviços para atendimento (Categoria 3) e o conjunto de ações relacionadas a atuação do profissional diante de tais demandas (Categoria 4). Por fim, a Dimensão 3 “O contexto de trabalho no SGD frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil” apresenta os fatores relacionados ao contexto profissional no qual os(as) participantes estão inseridos(as), abordando tanto as características desse contexto (Categoria 5) quanto os efeitos observados no trabalho com o abuso sexual e as estratégias de enfrentamento dos(as) profissionais (Categoria 6).

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O presente capítulo apresenta a análise e discussão dos principais resultados encontrados na pesquisa, sob o formato de três artigos, seguindo os parâmetros de publicação em revistas científicas, a fim de auxiliar no processo de compartilhamento do conhecimento produzido com a comunidade científica. Os artigos apresentados a seguir estão interligados e juntos buscam responder o objetivo geral do estudo, em torno do qual foram nucleados os dados da pesquisa, o qual concerne compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos. Desse modo, cada artigo está relacionado a um ou mais objetivos específicos da Dissertação, conforme esquematizado na Figura 4.

Figura 4 - Diagrama dos artigos produzidos em torno do objetivo geral da pesquisa.

Fonte: elaboração da autora.êmico.



O primeiro artigo, intitulado “Relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão dos(as) profissionais do Sistema de Garantia de Direitos”, teve como objetivo compreender as relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão de profissionais frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil. As categorias e unidades de análise que compõem esse trabalho referem-se à Dimensão I, “O olhar do profissional sobre as situações de abuso sexual infanto-juvenil”, respondendo aos objetivos específicos de “identificar os significados relacionados ao abuso sexual de

profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos” e “relacionar os significados atribuídos ao abuso sexual com a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil”.

Na sequência, o artigo “Tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos em situações de abuso sexual infanto-juvenil” objetivou compreender a tomada de decisão dos(as) profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos. Este artigo aborda a Dimensão II, “As ações constituídas em torno da situação de abuso sexual infanto-juvenil”, indo na direção de responder ao objetivo específico “caracterizar a demanda e a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos”.

Por sua vez, o artigo “O Sistema de Garantia de Direitos frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva dos profissionais” visou compreender o trabalho profissional e institucional do Sistema de Garantia de Direitos no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva dos(as) profissionais. Este foi construído com base no objetivo específico “evidenciar os fatores potencialmente de risco e de proteção do suporte oferecido pelo Sistema de Garantia de Direitos nas situações de abuso sexual infanto-juvenil” e visou compreender o contexto no qual os profissionais estão inseridos. As categorias que sustentam a discussão desse estudo trazem um recorte da Dimensão III, nomeada “O contexto de trabalho no SGD frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil”.

Nesse contexto, os artigos em conjunto procuram promover uma visão ampla e sistêmica da atuação profissional frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos, considerando a prática profissional inserida em um contexto, pelo qual é influenciada e influencia o mesmo. Considerando que os periódicos da área aceitam para publicação somente trabalhos originais inéditos, os artigos desta dissertação foram apresentados em formato sintetizado e posteriormente poderão ser acessados na íntegra nas respectivas revistas. Salienta-se que a análise da pesquisa proporcionou uma vasta diversidade de dados, os quais ultrapassam o objetivo geral desse estudo e serão abordados oportunamente, na construção de outros artigos.

## 5.1 ARTIGO 1: RELAÇÕES ENTRE OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL E A TOMADA DE DECISÃO DOS(AS) PROFISSIONAIS

**RESUMO:** A tomada de decisão referente à veracidade da situação, assim como os significados atribuídos aos casos de abuso sexual infanto-juvenil, constituem-se em um desafio profissional singular, pois estima-se que alguns casos são classificados como falsas ocorrências ou considerados como verdadeiros, sem terem ocorrido. A presente pesquisa objetivou compreender as relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão de profissionais frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil. Participaram do estudo 12 profissionais de diferentes áreas de atuação, os quais atuam no atendimento de situações de abuso no Sistema de Garantia de Direitos de um município da Região Sul do Brasil. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com apresentação de relatos de dois casos hipotéticos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil, elaborados e fornecidos pelas pesquisadoras. A organização e análise dos dados ocorreram com base nos princípios da Grounded Theory, e com o auxílio do software Atlas-ti 7.5.7. Os resultados indicaram que embora tendo contato com as mesmas informações, os(as) profissionais têm diferentes opiniões sobre a veracidade dos casos. Identificaram-se relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão. Os(as) profissionais que demonstraram reações de credibilidade no abuso sexual, foram os que não culpabilizaram a criança ou adolescente pela violência, evidenciando visão positiva sobre essas, conheciam os aspectos da dinâmica do abuso sexual e apresentaram pequeno número de percepções envolvendo estereótipos de gênero e questões culturais. Conclui-se sobre a constatação das diferentes opiniões sobre a veracidade dos casos relacionadas às características dos(as) profissionais, sugerindo-se novas pesquisas sobre preditores de credibilidade ou descredibilidade dos(as) profissionais frente à situação de abuso.

**Palavras-chaves:** abuso sexual infanto-juvenil, tomada de decisão, credibilidade, significados, prática profissional.

## 5.2 ARTIGO 2: TOMADA DE DECISÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS EM SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

**RESUMO:** A tomada de decisão em situações de abuso sexual infanto-juvenil é uma tarefa complexa, por envolver aspectos psicológicos, sociais e jurídicos e implicar em importantes consequências para as pessoas envolvidas na situação. Este estudo de natureza qualitativa teve como objetivo caracterizar a tomada de decisão de profissionais que atuam em situação de abuso sexual infanto-juvenil no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de um município da Região Sul do Brasil. Participaram do estudo 12 profissionais de diferentes áreas de atuação, os quais atuam no atendimento de situações de abuso no Sistema de Garantia de Direitos de um município da Região Sul do Brasil. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com apresentação de relatos de dois casos hipotéticos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil, elaborados e fornecidos pelas pesquisadoras. A organização e análise dos dados foi com base na Grounded Theory e com o auxílio do software Atlas.ti 7.5.7. A tomada de decisão dos(as) profissionais está relacionada com o que é preconizado pelo SGD, sendo que entre as ações estão: a notificação da situação aos órgãos competentes, a solicitação de medidas para a garantia da cessação do abuso sexual, o atendimento a criança e adolescente no contexto da saúde e no âmbito da Assistência Social e o reconhecimento da necessidade de acompanhamento das genitoras. Por outro lado, evidenciou que as ações dos(as) profissionais não abrange os princípios da centralidade na família e da prevenção, bem como requer maior articulação entre os serviços. Verificou-se que a tomada de decisão é mediada por fatores objetivos, como Leis e provas do processo, e por fatores subjetivos, como questões morais, intuição e experiência de vida. É importante que o(a) profissional apresente postura crítica em relação a sua prática, a fim de diminuir os vieses pessoais na tomada de decisão. Torna-se necessário a implantação de programas de educação permanente aos(às) profissionais, os quais abordam o processo de tomada de decisão em situação de abuso sexual infanto-juvenil.

**Palavras-chaves:** abuso sexual infanto-juvenil, tomada de decisão, Sistema de Garantia de Direitos, prática profissional.



### 5.3 ARTIGO 3: O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS

**RESUMO:** A violação de direito contra crianças e adolescentes implica necessariamente na atuação coordenada de uma rede de Instituições, visando o cuidado de todos os envolvidos. Nessa direção, o presente estudo objetivou compreender o trabalho profissional e institucional do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, na perspectiva dos(as) profissionais. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do qual participaram 12 profissionais de diferentes categorias, que atuam no atendimento de situações de abuso sexual nessa rede de serviços de um município da Região Sul do Brasil. A coleta de dados foi realizada através da técnica de entrevista semiestruturada. Os dados foram organizados e analisados utilizando os princípios da Grounded Theory, com auxílio do software Atlas.ti 7.5.7, emergindo quatro categorias principais de análise. Os resultados em termos de fatores de proteção da rede evidenciaram: a) reconhecimento da importância do estabelecimento e da presença da rede de serviços pra situações atendidas, b) compreensão ampliada da situação de abuso sexual; e c) tomada de decisão em equipe. Em termos de fatores de risco observou-se: a) falta de articulação do sistema, b) presença de estereótipos de gênero, c) morosidade dos processos judiciais, d) falta de intervenção com o autor da violência, e e) consequências físicas e emocionais do trabalho com a temática do abuso sexual. Conclui-se sobre a necessidade de maiores investimentos em recursos humanos e materiais na rede de serviços que compõem o SGD. Destaca-se a importância de programas de educação permanente aos(às) profissionais e a presença de serviços voltados à atenção da saúde do(a) trabalhador(a), como forma de qualificar a prática profissional e evitar o adoecimento dos(as) profissionais.

**Palavras-chaves:** abuso sexual infanto-juvenil, rede de apoio, Sistema de Garantia de Direitos, atuação profissional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados emergentes dessa pesquisa indicaram que a tomada de decisão frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil se configura como um fenômeno complexo, sendo influenciado tanto por fatores objetivos como também por fatores subjetivos, emergindo a dimensão histórica, individual e social do(a) profissional. A análise das narrativas traz à tona uma diversidade de aspectos relacionados aos estereótipos, crenças, valores, e ideologias de uma cultura sobre o abuso sexual, que por sua vez se infiltram na escuta profissional, sustentam suas reações e influenciam as ações e estratégias que desenvolvem frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil.

Em relação aos significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil verificou-se que os(as) profissionais apresentam compreensão ampliada do fenômeno, não limitando a violência às situações que envolvam contato físico e penetração, bem como reconhecem alguns aspectos importantes relacionados ao abuso sexual infanto-juvenil, os quais são apontados pela literatura. Por outro lado, observaram-se concepções e percepções que envolveram visões do senso comum em torno do abuso sexual e estereótipos de gênero, o que dificultou por parte de alguns participantes desse estudo a compreensão do abuso sexual em sua complexidade.

No que se refere à tomada de decisão, os resultados revelaram que os(as) profissionais, expostos as mesmas situações, apresentaram opiniões diferentes sobre a veracidade da situação. Percebeu-se uma tendência em indicar uma probabilidade possível de ter ocorrido o abuso sexual, sem confirmar sua veracidade. A credibilidade ou não na ocorrência do abuso sexual, por sua vez, não influenciou as ações iniciais dos profissionais frente às situações, posto que a tomada de decisão referente aos encaminhamentos e intervenções apresentou pouca diferença entre o relato de caso 1 e 2. Tal fator pode estar relacionado ao fato dos profissionais procurarem realizar ações iniciais as quais são preconizadas pelo SGD, envolvendo as diretrizes do ECA e do Protocolo de atenção às pessoas em situação de violência sexual do município. Esse resultado evidencia a importância de Leis e diretrizes em torno de fenômenos emocionalmente carregados como o abuso sexual infanto-juvenil, a fim de garantir a execução de intervenções mínimas.

Salienta-se que o presente estudo identificou apenas a tomada de decisão inicial, não abrangendo o acompanhamento da situação de abuso

sexual como um todo, visto que os relatos de caso se referiam ao encaminhamento inicial da situação. Nessa perspectiva, observa-se que os significados atribuídos ao abuso sexual podem influenciar as intervenções dos(as) profissionais no decorrer do acompanhamento, verificando a necessidade da produção de mais estudos sobre a temática, abordando a tomada de decisão como um todo. Por outro lado, os resultados indicaram relações entre os significados atribuídos ao abuso sexual e a tomada de decisão no que diz respeito à decisão da veracidade do caso, sendo que os(as) profissionais que apresentaram reações de credibilidade no abuso sexual foram os que possuem visão positiva sobre a criança e o adolescente, conheciam os aspectos da dinâmica do abuso sexual e apresentaram poucas percepções envolvendo estereótipos de gênero e questões culturais, relacionadas à visão do senso comum em torno do abuso sexual infanto-juvenil.

Este resultado significa que a probabilidade de considerar o abuso sexual como verdadeiro é mais alta quando o profissional apresenta conhecimento dos aspectos relacionados à compreensão do abuso sexual, envolvendo sua dinâmica e os fatores vinculados aos envolvidos na situação, o que ressalta ser necessária a capacitação continuada ao(a) profissional que atende situações de abuso sexual. A identificação destas relações igualmente revelou como a violência está atrelada a valores culturais que ancoram tais significados, e conseqüentemente, práticas e costumes violentos, os quais perpassam às práticas profissionais, sendo fundamental considerar o(a) profissional como uma pessoa em desenvolvimento inserida em um contexto. Dessa forma, é importante que o(a) profissional apresente postura crítica sobre sua prática e reconheça os vieses pessoais na tomada de decisão.

Diante do exposto, a presente pesquisa comprova o pressuposto inicial de que os significados que os(as) profissionais que atuam no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil atribuem sobre esta forma de violência irão influenciar sua tomada de decisão frente às famílias em situação de violência sexual. Percebeu-se essa relação de maneira dialógica, sendo que ao mesmo tempo em que a tomada de decisão é influenciada pelos significados que o(a) profissional atribui ao abuso sexual infanto-juvenil, esta influencia esses significados. Do mesmo modo, considera a tomada de decisão como um fenômeno complexo, sendo influenciado, igualmente, por outros fatores, conforme apontado por outras pesquisas, os quais não foram abordados nesse estudo.

Os resultados denotaram que o SGD estabelece uma rede apoio e proteção às crianças e adolescentes em situação de violência, garantindo

a implantação de serviços especializados ao atendimento dessas situações no contexto brasileiro. Verificaram-se avanços na legislação e normatizações referentes ao atendimento das situações de abuso sexual infanto-juvenil no Brasil. Por sua vez, no âmbito da prática, foram identificadas fatores de riscos no enfrentamento das situações, os quais se destacam falta de articulação entre as instituições, morosidade nos inquéritos e processos judiciais, presença de estereótipos de gênero e concepções moralistas entre os profissionais, falta de intervenção com o autor da violência e de ações de prevenção, e a presença de intervenções que revitimizam a criança ou adolescente. Nesse cenário, observou-se dificuldade dos serviços abrangerem os princípios do SGD envolvendo a centralidade na família, o atendimento a todos os envolvidos na situação de violência sexual e a ênfase nas medidas preventivas. Denota-se, assim, a persistência de um modelo socioassistencial de caráter curativo, focalizado na díade mãe-vítima e com práticas e valores que interpretam a violência a partir de concepções moralistas e estereótipos de gênero.

Evidenciou-se que além do desafio do trabalho frente ao abuso sexual, os(as) profissionais enfrentam condições precárias de trabalho, como carência de recursos materiais, alta demanda de trabalho, escassez de profissionais e falta de apoio da gestão. Destaca-se que essas dificuldades, igualmente, podem contribuir com a tomada de decisão dos(as) profissionais, pois alguns fatores de risco do SGD identificados foram apontados pelos(as) profissionais como consequência da precarização da rede de serviço. Além disso, se ressalta que a prática profissional, a qual envolve a tomada de decisão e os significados atribuídos ao fenômeno, deve ser compreendida inserida em seu contexto. Esses resultados sugerem a necessidade de maiores investimentos no SGD, sendo essencial o envolvimento institucional, de modo a oferecer o suporte necessário aos profissionais, garantindo condições adequadas de trabalho e ações intersetoriais através de fluxos de atendimentos entre os serviços e espaços de interlocução entre os profissionais da rede.

No decorrer da análise constataram-se conseqüências físicas e emocionais do trabalho com a temática do abuso sexual, revelando a importância de constantes cuidados com a saúde mental dos(as) profissionais que atuam frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil. Desse modo, é relevante para o enfrentamento do abuso sexual infanto-juvenil que o SGD preconize políticas e diretrizes de cuidado ao(à) profissional, por meio da garantia de condições adequadas de trabalho e da implantação de programas voltados à atenção da saúde do

trabalhador, como forma de qualificar a prática profissional e evitar o adoecimento do(a) profissional.

Em termos metodológicos verificaram algumas limitações do estudo, entre as quais enfatizam a diversidade dos contextos socioculturais brasileiros, tendo em vista que os profissionais são influenciados pela cultura na qual estão inseridos. Do mesmo modo, é preciso considerar que o SGD de cada município é composto de maneira específica, de acordo com os serviços disponíveis e as peculiaridades do município. Sendo assim, os dados obtidos neste estudo podem servir de reflexão aos profissionais e serem norteadores de novas pesquisas, porém devem ser utilizados com cautela em contexto diferente do qual foi realizada essa pesquisa. Além disso, os(as) participantes desse estudo não representam o SGD em sua totalidade, sendo que foram excluídos os representantes do eixo do controle social e alguns integrantes dos eixos de defesa e promoção, os quais poderiam ampliar a compreensão do fenômeno da pesquisa.

Salientam-se, ainda, as limitações na apresentação de casos hipotéticos de abuso sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, os relatos de casos apresentados não abrangem as situações de abuso sexual em sua totalidade, sendo que não foram utilizados casos relacionados ao abuso sexual perpetrado contra meninos, nem os cometidos por pessoas do sexo feminino ou por pessoas homossexuais, por exemplo. Enfatizando as especificidades de cada situação e que esses fatores, segundo a literatura, podem influenciar os significados atribuídos ao abuso sexual, bem como a tomada de decisão dos(as) profissionais, por envolver estereótipos de gênero e mitos em torno do abuso sexual, a inclusão de outros relatos de caso poderiam ampliar os resultados da pesquisa. Do mesmo modo, os casos hipotéticos de abuso sexual infanto-juvenil não conseguem abranger todos os aspectos presentes no contexto ecológico de uma intervenção real, envolvendo por exemplo a pressão de condenar alguém injustamente.

Considera que esta Dissertação avança no uso da técnica de apresentação de casos hipotéticos, através do desenvolvimento dos casos com base na realidade brasileira. Tal aspecto é inédito no Brasil, posto que conforme constatado em recente revisão integrativa, essa técnica é comumente utilizada em pesquisas internacionais, porém foi encontrado um único estudo nacional que fez uso da mesma. Tal estudo utilizou um caso desenvolvido nos Estados Unidos, adaptado para o Brasil, o qual, conforme as autoras, aplica-se muito mais à realidade americana do que à realidade brasileira. No presente estudo os(as) profissionais afirmaram forte relação entre os casos apresentados e os atendido na sua prática

diária, o que enfatiza que novas pesquisas sobre a atuação profissional frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil podem utilizar como técnica de coleta de dados os relatos de casos hipotéticos desenvolvidos por essa pesquisa.

Essa pesquisa, igualmente, avança no sentido de integrar profissionais de diferentes categorias, os quais compõe a rede de serviços do SGD. Ressalta-se que, conforme revisão da literatura, há escassez de pesquisas com foco no(a) profissional que atua no atendimento de situações de abuso sexual infanto-juvenil, integrando às diferentes áreas e categorias profissionais. O presente estudo considerou os aspectos éticos e cuidados metodológicos necessários para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao contexto de violência, sendo que o conhecimento prévio sobre os instrumentos de pesquisa, aliados à experiência clínica e o roleplaying vivenciado antes da ida ao campo potencializaram a coleta de dados. Dessa forma, os(as) profissionais se engajaram ativamente na proposta e mantiveram o foco no tema.

Outro aspecto que cabe reflexão diz respeito ao acesso aos(às) participantes, o qual ocorreu por meio da técnica de bola de neve, posto que se objetivou investigar a prática profissional e não a Instituição. Apesar dessa colocação, dois profissionais condicionaram a participação na entrevista à liberação e aprovação da Instituição a qual estavam vinculados, o que evidencia dificuldades do uso da técnica de bola de neve em fenômenos envolvendo a violência, já que o acesso mediado por uma Instituição pode garantir segurança aos(às) participantes da pesquisa.

Entende-se que a discussão que envolve a problemática desse estudo não se esgota, sugerindo a realização de novos estudos mais abrangentes, os quais envolvam outras metodologias, como diferentes casos de abuso sexual infanto-juvenil (reais e fictícios), utilizando vinhetas, júris simulados e outros recursos. Do mesmo modo, se observa a necessidade de novas pesquisas sobre a tomada de decisão dos(as) profissionais frente ao abuso sexual infanto-juvenil, relacionando outros fatores que podem influenciar a tomada de decisão, como gênero idade e características dos profissionais, posto que esse é ainda um tema incipiente, sobretudo na literatura nacional.

Constata-se, igualmente, a importância de novas pesquisas referentes à atuação do SGD frente às situações de abuso sexual infanto-juvenil em outras regiões do País, bem como na perspectiva dos usuários e famílias que utilizam a rede de atendimento. Com essa Dissertação, espera-se ter contribuído tanto para o avanço da ciência

quanto para a reflexão e o aperfeiçoamento da prática profissional no SGD, de modo a qualificar o atendimento às famílias em situação de abuso sexual infanto-juvenil e demais envolvidos. Nessa perspectiva, identificou-se a relevância de ao atuar frente às situações de violência o profissional articular em seu fazer profissional teoria e prática, o que pode contribuir com a compreensão da situação e garantir o melhor acolhimento dos envolvidos.





## REFERÊNCIAS

- Aron, A.M. & Llanos, M.T. (2004). Cuidar a los que cuidan: Desgaste profesional y cuidado de lo seiquipos que trabajan com violencia. *Sistemas familiares*, 20 (1-2), 5-15.
- Arruabarrena, I., & De Paúl, J. (2012). Improving accuracy and consistency in child maltreatment severity assessment in child protection services in Spain: New set of criteria to help caseworkers in substantiation decision. *Children and Youth Services Review*, 34, 666-674.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: IGLU.
- Batista, V., More, C. L. O. O., & Krenkel, S. (2016). A tomada de decisão de profissionais frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 24 (2), 49-63.
- Biasoli-Alves, Z. M<sup>a</sup>. M. (1998). A pesquisa em psicologia – análise de método e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In Romanelli G. & Biasoli-Alves, Z. M<sup>a</sup>. M. (Orgs.) *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Bottoms, B. L., Golding, J. M., Stevenson, M. C., Wiley, T. R. A., & Yozwiak, J. A. (2007). A review of factors affecting jurors' decisions in child sexual abuse cases. In J. D. Read, D. Ross, M. Toglia, & R. Lindsay (Eds.), *The psychology of eyewitness memory*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Bottoms, B. L., Peter-Hagene, L. C., Stevenson, M. C., Wiley, T. R. A., Mitchell, T. S., & Goodman, G. S. (2014). Explaining Gender Differences in Jurors' Reactions to Child Sexual Assault Cases. *Behavioral Sciences and the Law*, 32, 789–812.
- Brasil. (2006) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Resolução nº 113/2006 dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização do SGD*, Brasília.

- Brasil. (2012a). Ministério da Saúde. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica* 3. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2012.
- Brasil (2012b). Ministério da Saúde. *Resolução nº 466/12 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- Brasil (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)
- Brasil (2015). Secretaria de direitos humanos. Balanço semestral do disque direitos humanos - Disque 100. Disponível em: <file:///C:/Users/Notebook/Downloads/Balanco%20do%20Disque%20100-4.pdf>.
- Breakwell, G. M. (2010). Métodos de entrevista. In: Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C. & Smith, J. *Métodos de pesquisa em psicologia*, pp. 238-259. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed.
- Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P. & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 143-149.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In M. Gauvain & M. Cole (Orgs.), *Readings on the development of children*, (2nd ed., pp. 37-43). New York: Freeman.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. (M.A.V. Veronese, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. California: Sage Publications.

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P.A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.). *Handbook of child psychology: theoretical models of human development* (p. 993-1028). New York: John Wiley & Sons.
- Buck, J. A., London, K. & Wright, D. B. (2011). Expert Testimony Regarding Child Witnesses: Does It Sensitize Jurors to Forensic Interview Quality? *Law Human Behavior*, 35,152–164.
- Campbell, R., & Raja, S. (2005). The sexual assault and secondary victimization of female veterans: Help-seeking experiences in military and civilian social systems. *Psychology of Women Quarterly*, 29, 97-106.
- Campbell, R.; Dworkin, E.; & Cabral, G. (2009). An ecological model of the impact of sexual Assault on women's mental health. *Trauma, violence, & abuse*, 10, 225-246.
- Cantera, L. M. (2002). La relación asistencial como interacción social. En: López, M<sup>a</sup> T., Jiménez, M<sup>a</sup> J. & Gil, E. (Comps.), *Violencia y género*. Tomo I. Málaga, España: CEDMA.
- Cooper, A., Quas, J. A. & Cleveland, K. C. (2014). The Emotional Child Witness: Effects on Juror Decision-making. *Behavior Sciences and the Law*, 32, 813–828.
- Costa, L. F., Ribeiro, M. A., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2008). O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e suas questões. *Paidéia*, 2008, 18(40), 355-370.
- Denzin, N.; & Lincoln, Y. (Eds). (1994). *Handbook of qualitative research*. California: Sage.
- Deslandes, S. F. (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 177-187.
- Duarte, J. C. & Arboleta, M. R. C. (2005). Sintomatologia, avaliação e tratamento do abuso sexual infantil. In V. E. Caballo & M. Á. Simón. *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente – transtornos gerais* (pp. 293-321). São Paulo: Editora Santos.

- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso Sexual Infanto-Juvenil: A Atuação do Programa Sentinela na Cidade de Blumenau/SC. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33, 596-611.
- Everson, M. D., & Sandoval, J. M. (2011). Forensic child sexual abuse evaluations: assessing subjectivity and bias in professional judgements. *Child Abuse and Neglect*, 35(4), 287-298.
- Faller, K. C. (2003). *Understanding and assessing child sexual maltreatment* (2a. ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Finnilä-Tuohimaa, K., Santtila, P., Sainio, M., Niemi, P. & Sandnabba, K. (2005). Connections between experience, beliefs, scientific knowledge and selfevaluated expertise among investigators of child sexual abuse in Finland. *Scandinavian Journal of Psychology*, 46, 1-10.
- Finnilä-Tuohimaa, K., Santtila, P., Sainio, M., Niemi, P. & Sandnabba, K. (2009). Expert judgment in cases of alleged child sexual abuse: clinicians' sensitivity to suggestive influences, pre-existing beliefs and base rates estimates. *Scandinavian Journal of Psychology*, 50, 129-142.
- Flores, R. & Caminha, R. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16(2), 158-167.
- Furniss, T. (2002). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fuster, E. G. (2002). *Las víctimas invisibles de la violencia familiar: el extraño iceberg de la violencia doméstica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S. A.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59-82.

- Grandesso, M. (2011). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Granjeiro, I. A. C. L. & Costa, L. F. (2008). O Estudo Psicossocial Forense como Subsídio para a Decisão Judicial na Situação de Abuso Sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (2), 161-169.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (3), 341-348.
- Habigzang, L. F., Ramos, M. S., & Koller, S. (2011). A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 467-473.
- Herman, S. (2005). Improving decision making in forensic child sexual abuse evaluations. *Law and Human Behavior*, 29(1), 87-120.
- Herman, S. (2009). Forensic child sexual abuse evaluations: Accuracy, ethics, and admissibility. In: Kuenhle, K. & Connell, M. (Eds.) (2009), *The evaluation of child sexual abuse allegations: A comprehensive guide to assessment and testimony* (pp. 247-266). Hoboken, NJ: Wiley.
- Hetherington, J., & Beardsall, L. (1998). Decisions and Attitudes Concerning Child Sexual Abuse: Does the Gender of the Perpetrator Make a Difference to Child Protection Professionals? *Child Abuse and Neglect*, 22, 1265-1283.
- Jewkes, R., E. Dartnall & Y. Sikweyiya (2012). *Ethical and Safety Recommendations for Research on the Perpetration of Sexual Violence*. Sexual Violence Research Initiative. Pretoria, South Africa, Medical Research Council. Disponível em: [www.svri.org/EthicalRecommendations.pdf](http://www.svri.org/EthicalRecommendations.pdf).
- Klettke, B., Graesser, A. C. & Powell, M. B. (2010). Expert testimony in child sexual abuse case: the effects of evidence, coherence and

credentials on juror decision making. *Applied Cognitive Psychology*, 24, 481–494.

Laner, R. S., & Falke, D. (2013). Abuso Sexual Intrafamiliar: Concepções de Profissionais que Atendem Crianças que Foram Vítimas de Abuso. *Revista de Psicologia da IMED*, Jul.-Dez., 2013, v. 5, n. 2, p. 103-108.

Lordello, S. R. M., & Costa, C. L. F. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5 (2), 127-135.

Martins, M. G. (2007). Aspectos psicológicos no atendimento ao abusador sexual. In R. R. Starling (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Temas aplicados. Vol. 19.* (pp. 132-143). Santo André: Esetec.

Masson, G. (2007). Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. *Praxis Educativa*, 2(2), 105-114.

Menares, M. A., Morales, G., & Pérez, C. (2003). Procesos emocionales de cuidado y riesgos profesionales que trabajan con el sufrimiento humano. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, XII (1), 9-25.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.

Molinaro, P. F. & Malloy, L. C. (2016). Statements from Youth in Legal Contexts: Effects of Consistency, Legal Role, and Age. *Behavior Sciences and the Law*, 34, 139–159.

Moré, C.L.O.O., & Cantera, L.M. (2010) La violencia contra la mujer y la práctica profesional: la perspectiva de la familia, redes de apoyo e interdisciplinarietà. Artículo-científico selecionado pelo comité científico del I Congreso de Intervención para el Estudio de la Violencia Contra las Mujeres: La intervención multidisciplinar. Junta de Andalucía. Sevilla, España. Artículos científicos

- publicados en los Anales de el 1er. *Congreso de violencia contra lamujer. Junta de Andalucia. Sevilla.*
- Moré, C. L. O. O. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde: Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *Atas CIAIQ2015- Investigaçao Qualitativa em Ciências Sociais*, 126-131.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina.
- Muhr, T. (2004). ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners. Berlin: *Scientific Software Development*.
- Neves, A. S.; Castro, G. B. de; Hayeck, C. M.; & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18(1), 99-111.
- Olabuénaga, J. I. R. (2009). *Metodología de la investigación cualitativa*. Universidad de Deusto: Bilbao.
- Olabuenaga, J.I. R. & Ispizua, M.A. (1989). *La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacioncualitativa*. Bilbao: Universidad de deusto.
- Oliveira, A. C. (2011). *Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro.
- Pelisoli, C. & Dell’Aglío, D. D. (2014). As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual. *Psicologia Ciência e Profissão*, 34(4), 916-930.
- Pelisoli, C. & Dell’Aglío, D. D. (2016). Tomada de Decisão de Psicólogos em Situações de Suspeita de Abuso Sexual. *Temas em Psicologia*, 24(3), 829-841.

- Pelisolli, C., Gava, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações envolvendo abuso sexual infantil. *Psico-USF*, v. 16, n. 3, p. 327-338, set./dez. 2011.
- Pilatti, R., Silvino, A. M. D., Miura, M. A. & Caldas, L. S. (2010). Tribunal simulado: efeito da ordem das teses e do antecedente do réu. *Paidéia*, 20(46), 197-206.
- Pozzulo, J. D., Dempsey, J., Maeder, E. & Allen, L. (2010). The effects of victim gender, defendant gender, and defendant age on juror decision making. *Criminal Justice and Behaviour*, 37, 47-63.
- Quintana, C. G. (2005). El Síndrome de Burnout en Operadores y Equipos de Trabajo en Maltrato Infantil Grave. *Psykhe*, 14 (001), 55-68.
- Rafael R. M. R., & Moura, A. T. M. S. (2013). Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situações de violência. *Revista Brasileira Enfermagem*, 66(2), 287-90.
- Ribeiro, R., & Costa, L. F. (2007). As emoções do profissional psicossocial frente à situação de abuso sexual infantil. *Estilos da Clínica*, 2007, Vol. XII, no 23, 130-147.
- Sampiere, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P.B. *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGrawHill, 2006.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Sanicola, L. *As dinâmicas da rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras, 2008.
- Santana, A. & Farkas C. (2007). Estratégias de Autocuidado enequiposprofesionales que trabajanen Maltrato Infantil. *Psykhe*, 16 (1), 77-89.
- Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 595-606.



- Saywitz, K. J., Mannarino, A. P., Berliner, L., & Cohen, J. A. (2000). Treatment for sexually abused children and adolescents. *American Psychologist*, 55(9), 1040-1049.
- Stokes, J., & Schmidt, G. (2012). Child Protection Decision Making: A Factorial Analysis Using Case Vignettes. *Social Work*, 57(1), 83-90.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Tabak, S. J. & Klettke, B. (2014). Mock jury attitudes towards credibility, age, and guilt in a fictional. *Australian Journal of Psychology*, 66, 47-55.
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? Em Moreira, L. V. C. y Carvalho, A. M. A. (Eds.), *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 209-231). São Paulo: Paulinas.
- Turato, E. R. (2005) Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública*, 39 (3), 507-514.
- Valle, A. L., & Silovsky, J. F. (2002). Attributions and adjustment following child sexual and physical abuse. *Child Maltreatment*, 7, 9-24.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Velázquez, S. (2003) *Violências cotidianas, violência de gênero. Escuchar, comprender y ayudar*. Buenos Aires: Paidós.
- Ward, T., & Brown, M. (2004). The good lives model and conceptual Issues in offender rehabilitation. *Psychology, Crime & Law*, 10, 243-257.
- Wendt, N. (2006). *Fatores de risco e proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade*. Dissertação

de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

World Health Organization (2003). *Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women*. Disponível em: [www.who.int/gender/documents/violence/who\\_fch\\_gwh\\_01.1/en/index.html](http://www.who.int/gender/documents/violence/who_fch_gwh_01.1/en/index.html)

World Health Organization. (2007). *WHO Ethical and safety recommendations for researching, documenting and monitoring sexual violence in emergencies*. Disponível em: [http://www.who.int/gender/documents/OMS\\_Ethics&Safety10Aug07.pdf](http://www.who.int/gender/documents/OMS_Ethics&Safety10Aug07.pdf)

World Health Organization. (2014). *Child maltreatment*. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs150/en/>.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### Dados de Identificação do Profissional

1. Iniciais do nome: \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Sexo: (    ) feminino (    ) masculino
4. Estado civil: (    ) Solteiro (    ) Casado (    ) Viúvo  
(    ) União estável (    ) Divorciado-Separado
5. Filhos: (    ) Sim (    ) Não    Número: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_                      Sexo: \_\_\_\_\_
6. Tem alguma crença/prática espiritual ou religiosa? (    ) Sim  
(    ) Não  
Qual? \_\_\_\_\_
7. Profissão: \_\_\_\_\_ Tempo de atuação  
profissional: \_\_\_\_\_
8. Em que locais:  
\_\_\_\_\_
9. Especialização: (    ) na área (    ) outra área . Qual? \_\_\_\_\_  
(    ) pós-graduação (    ) mestrado (    ) doutorado  
(    ) Outros \_\_\_\_\_
10. Tempo de atuação no atendimento de situações de abuso sexual  
infanto-juvenil: \_\_\_\_\_
- 11.\* Então, você atua atendendo as situações de violência sexual há  
..... anos, poderia me dizer brevemente como você começou a  
trabalhar com a temática da violência sexual?

### Experiência profissional

1. Então, atualmente, você trabalha \_\_\_\_\_ (local de trabalho).  
Qual o vínculo institucional que você possui nesse(s) local (is)? \_\_\_\_\_
2. Carga horária de trabalho \_\_\_\_\_

3. Você poderia me descrever a sua prática profissional hoje, em termos dos locais que você trabalha e as demandas (problemas) que aparecem?
4. Antes de trabalhar com a temática do abuso sexual infanto-juvenil você já havia tido algum contato com essa temática, de que forma?

Esta segunda parte da entrevista, eu vou lhe apresentar o relato de dois casos de abuso sexual baseados em fatos reais. Eu irei ler o caso em voz alta e solicito que acompanhe a leitura comigo nessa folha. Depois, vou convidar você a responder alguns questionamentos sobre a situação do relato, a partir de sua perspectiva profissional.

### **Relato de caso 1**

Maria relata que suspeita que sua filha Eduarda de 5 anos tenha sofrido abuso sexual na casa do pai. Afirma que ela e Edson, genitor de Eduarda, são separados e que há alguns meses a menina tem retornado estranha das visitas ao pai, mais agressiva e chorando com frequência. No último final de semana, relata que Eduarda foi visitar o pai e chegou chorando em casa. Quando foi dar banho na filha disse que a menina reclamou de dor na “pepeca”, onde viu que esta estava vermelha. Maria diz que ficou apavorada e ao questionar se o pai havia mexido em sua “pepeca”, a menina respondeu que brincou com o pai de cavalinho. Maria diz estar apavorada com a situação e não querer mais permitir as visitas do genitor a Eduarda. Maria e Edson estão separados há cerca de dois anos e apresentam brigas frequentes entre si. Atualmente, Eduarda reside com a mãe e o padrasto, Raul, e visita o pai quinzenalmente. O pai de Eduarda, Edson, relata que não tem envolvimento com essa situação, e diz ter sido acusado por Raul, atual companheiro de Maria. Edson alega que, em conversa informal, Raul sugeriu que Edson esquecesse todo o assunto e colocasse um ponto final. Edson diz que irá até o final para descobrir se aconteceu algo com sua filha.

Agora, irei fazer algumas perguntas sobre o caso, você gostaria de lê-lo novamente?

1. O caso apresentado se assemelha aos que você atende em seu trabalho? Em que sentido?
2. Que aspectos do relato chamaram sua atenção? Em que sentido?
3. Você necessitaria de maiores informações sobre a situação apresentada?

4. Se você recebesse Eduarda e sua família para atendimento, no local em que você trabalha, o que você faria (intervenções e encaminhamentos) com base na situação apresentada?
5. A partir desse relato de caso, você acredita que possa ter acontecido abuso sexual nessa situação?
6. Como você, como profissional, avalia (percebe) a atitude (postura, posicionamento) dos envolvidos nesse relato de caso?
7. Em sua opinião e a partir de sua experiência profissional, qual seria o desfecho do caso relatado? Tem outra forma de desfecho que é possível pensar?

### **Relato de caso 2**

Marisa relata que na data de ontem foi chamada pela escola em que sua filha Laura de 14 anos estuda, sendo informada pela coordenadora que Laura havia sido abusada sexualmente pelo seu tio paterno, João. Segundo Marisa, a escola informou que Laura relatou a sua professora que João abusava dela, a beijando à força, passava a mão em seu corpo, obrigou ela a tocar nele e fez sexo oral nela. A professora, para quem Laura relatou a situação, afirmou que os abusos acontecem há cerca de três anos e que Laura não contou antes porque João a ameaçava. Laura informou à professora que a situação ocorria em sua casa na parte da manhã, quando a mãe estava trabalhando. Marisa relata que João além de tio é vizinho da família. Afirma que tem uma relação próxima com a família de João, que é considerada uma família tranquila e religiosa. João é casado, possui dois filhos e trabalha em uma empresa no terceiro turno. Marisa diz que nunca desconfiou de João, pois sempre se demonstrou atencioso com Laura e lhe dava presentes. Marisa verbaliza que ao conversar com sua filha, Laura chorou e apenas confirmou o relato da professora. Mãe e filha demonstram-se emotivas com a situação. Marisa apresenta surpresa e sentimentos de culpa pelo ocorrido. Afirma que não sabe qual será a reação de seu companheiro, pai de Laura que, até então não sabe do ocorrido. Laura se mantém a maior parte do tempo em silêncio respondendo apenas o que lhe é questionado.

8. O caso apresentado se assemelha aos que você atende em seu trabalho? Em quê sentido?
9. Que aspectos do relato chamaram sua atenção? Em que sentido?
10. Você necessitaria de maiores informações sobre a situação apresentada?
11. Se você recebesse Eduarda e sua família para atendimento, no

local em que você trabalha, o que você faria (intervenções e encaminhamentos) com base na situação apresentada?

12. A partir desse relato de caso, você acredita que possa ter acontecido abuso sexual nessa situação?
13. Como você, como profissional, avalia (percebe) a atitude (postura, posicionamento) dos envolvidos nesse relato de caso?
14. Em sua opinião e a partir de sua experiência profissional, qual seria o desfecho do caso relatado? Tem outra forma de desfecho que é possível pensar?
15. Por que você tomou essa escolha (repeti o que a pessoa falou)? Existe algum protocolo que guie suas ações?
16. Como você construiu essa tomada de decisão que você relatou? Você toma a decisão sozinho/a? E compartilhado em equipe? De que forma e em que momento?
17. Diante de tudo isso que você falou, o que é abuso sexual infanto-juvenil para você?

#### Últimas perguntas:

1. Como você percebe a rede de trabalho envolvendo o abuso sexual contra crianças e adolescentes do município que você trabalha?
2. Você faz alguma coisa para cuidar da sua saúde física e/ou mental?
3. Você, como profissional, poderia me dizer qual o maior desafio de trabalhar com a temática da violência sexual infanto-juvenil?
  - A partir da sua experiência profissional, que conselhos você daria a um profissional que está iniciando sua prática atendendo situações em que pode surgir a violência?
  - Você gostaria de me falar mais alguma coisa?
  - Como foi para você participar da entrevista?
  - Agradecimento e fechamento.

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós Graduação em Psicologia

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu, Vanderléia Batista, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-a a participar do processo de coleta de dados da minha dissertação de mestrado, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. Esta pesquisa tem por objetivo compreender os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e à tomada de decisão de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Os dados obtidos com este estudo serão relevantes, pois contribuirão para a compreensão da prática profissional no contexto do abuso sexual infanto-juvenil, de modo a auxiliar na identificação de fatores que a influenciam. Tal resultado pode fornecer diretrizes ao planejamento de intervenções e capacitações aos(às) profissionais, aprimorando o atendimento às famílias em situação de violência sexual infanto-juvenil. A participação, nesta pesquisa, dar-se-á através de entrevista, a qual será gravada em áudio e seu nome ou quaisquer dados que possam identificá-lo(a) não serão utilizados. A sua participação é absolutamente voluntária, podendo vir a desistir da entrevista em qualquer momento da mesma. Você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido nos termos da lei pelo orçamento da pesquisa. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização por via judicial, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento. A sua recusa em participar da pesquisa não implicará em qualquer penalidade ou prejuízo. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados aos(às) participantes que tiverem interesse,

após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. As pesquisadoras, que também assinam esse documento, comprometem-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/12/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora principal, pelo telefone (47) 3339-0066, pelo e-mail [letista19@hotmail.com](mailto:letista19@hotmail.com), e endereço Rua Harry Wruck, nº 61, Bairro Fortaleza, Blumenau/SC, CEP 89056-210; ou através da pesquisadora responsável, pelo telefone (48) 3721-9984, pelo e-mail [ppgp@contato.ufsc.br](mailto:ppgp@contato.ufsc.br), Coordenadoria de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário – Trindade, Florianópolis/ SC, CEP: 88040-500. Caso possua alguma dúvida quanto aos aspectos éticos em torno do desenvolvimento desta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo telefone (48) 3721-6094, pelo e-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br) ou dirigir-se ao prédio da Reitoria II (edifício Santa Clara), da Universidade. O endereço é Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. Poderá, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria Estadual de Saúde (SC), pelos telefones (48) 3212-1660, 3212-1644 ou pelo e-mail [cepses@saude.sc.gov.br](mailto:cepses@saude.sc.gov.br).

---

Vanderléia Batista  
Pesquisadora principal

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Carmen L. O. O. Moré  
Pesquisadora responsável

Eu, \_\_\_\_\_, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “Os significados atribuídos ao abuso sexual infanto-juvenil e a tomada de decisão dos(as) profissionais: desafios para o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes”. Declaro ainda, que estou ciente dos seus objetivos e métodos, consentindo que a entrevista gravada em áudio seja realizada e utilizada para a coleta de dados, bem como de meus direitos de anonimato e de desistir a qualquer momento.



Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do participante da pesquisa

RG: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 1.564.136

Aprovação do Projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P PROJETO_668883.pdf	02/05/2016 20:44:26		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	cartapendencias.docx	02/05/2016 20:42:33	Vanderléia Batista	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmodificado.docx	02/05/2016 20:39:55	Vanderléia Batista	Aceito
Folha de Rosto	Untitled_20160309_130916.PDF	09/03/2016 13:31:39	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	24/02/2016 23:38:11	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	24/02/2016 23:37:06	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido.docx	24/02/2016 23:34:47	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito
Brochura Pesquisa	ProjetoComiteversaofinal.doc	24/02/2016 23:31:14	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoComiteversaofinal.pdf	24/02/2016 23:30:47	Carmen Leontina Ojeda Ocampo More	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401  
 Bairro: Trindade CEP: 88.045-400  
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS  
 Telefone: (48)3721-8084 E-mail: cep.propesq@conitebo.ufsc.br